

**COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS-CEMIG
COMPANHIA ABERTA
CNPJ 17.155.730/0001-64 - NIRE 31300040127**

ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO

Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, em 30 de abril de 2015, às 11 horas, na sede social, na Avenida Barbacena, 1.200, 21º andar, em Belo Horizonte-MG, a fim de deliberar-se sobre as seguintes matérias:

- 1- exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como dos respectivos documentos complementares;
- 2- destinação do Lucro Líquido do exercício de 2014, no montante de R\$3.136.639 mil e do saldo de Lucros Acumulados no montante de R\$70.508 mil;
- 3- definição da forma e data do pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, inclusive através de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$797.317 mil;
- 4- eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, em decorrência do final do mandato, e fixação da sua remuneração;
- 5- alteração na composição do Conselho de Administração, em decorrência de renúncia;
- 6- fixação da remuneração dos Administradores da Companhia;
- 7- orientação do voto do(s) representante(s) da Companhia nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Cemig Distribuição S.A., a realizarem-se, cumulativamente, até 30-04-2015, quanto às seguintes matérias:
 - a) exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como dos respectivos documentos complementares;
 - b) destinação do Lucro Líquido do exercício de 2014, no montante de R\$429.909 mil;
 - c) definição da forma e data do pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, através de juros sobre o capital próprio, no montante de R\$131.610 mil;
 - d) aumento do Capital Social da Cemig D, de R\$2.261.997.787,64 para R\$2.361.997.787,64, com emissão de 97.115.665 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,0297 cada, bem como a consequente reforma do “caput” do artigo 5º do Estatuto Social da Cemig D;
 - e) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, em decorrência do final do mandato;

- f) alteração na composição do Conselho de Administração, se alterada a composição do Conselho de Administração da Cemig;
- 8- orientação do voto do(s) representante(s) da Companhia nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Cemig Geração e Transmissão S.A., a realizarem-se, cumulativamente, até 30-04-2015, quanto às seguintes matérias:
- a) exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como dos respectivos documentos complementares;
 - b) destinação do Lucro Líquido do exercício de 2014, no montante de R\$2.088.965 mil, e do saldo de Lucros Acumulados no montante de R\$59.797 mil;
 - c) definição da forma e data do pagamento dos dividendos intermediários e dos juros sobre o capital próprio, no montante de R\$1.170.367 mil;
 - d) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, em decorrência do final do mandato;
 - e) alteração na composição do Conselho de Administração, se alterada a composição do Conselho de Administração da Cemig.

Na forma do artigo 3º da Instrução CVM nº 165, de 11-12-1991, alterada pela Instrução CVM nº 282, de 26-06-1998 e posteriores alterações, o percentual mínimo para que seja requerida a adoção do voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia é de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto.

O acionista que desejar representar-se nas referidas Assembleias Gerais deverá atender aos preceitos do artigo 126 da Lei 6.404/1976 e do parágrafo único do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, exibindo no ato, ou depositando, preferencialmente até 28 de abril de 2015, os comprovantes de titularidade das ações, expedidos por instituição financeira depositária e procuração, com poderes especiais, na Superintendência da Secretaria Geral e Executiva Empresarial da Cemig, na Av. Barbacena, 1200, 19º andar, ala B1, em Belo Horizonte-MG.

Belo Horizonte 26 de março de 2015.

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva
Presidente do Conselho de Administração

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ÀS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, A REALIZAREM-SE, CUMULATIVAMENTE, ATÉ 30 DE ABRIL DE 2015.

Senhores Acionistas:

O Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig:

Considerando:

- a) o artigo 192 da Lei 6.404, de 15-12-1976 e posteriores atualizações, e os artigos 27 a 31 do Estatuto Social;
- b) as Demonstrações Financeiras do exercício de 2014, com apresentação de Lucro Líquido de R\$3.136.639 mil e saldo de Lucros Acumulados de R\$70.508 mil, decorrente de realização de Reserva de Ajustes de Avaliação Patrimonial;
- c) que compete ao Conselho de Administração propor à Assembleia Geral Ordinária a destinação do lucro líquido da Companhia;
- d) que o § 4º do artigo 202 da Lei 6.404/1976 determina que o dividendo previsto no Estatuto "não será obrigatório no exercício social em que os órgãos da administração informarem à assembleia-geral ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da companhia. O conselho fiscal, se em funcionamento, deverá dar parecer sobre essa informação e, na companhia aberta, seus administradores encaminharão à Comissão de Valores Mobiliários, dentro de 5 (cinco) dias da realização da assembleia-geral, exposição justificativa da informação transmitida à assembleia".;
- e) que o § 5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976 determina que "os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do § 4º serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendo assim que o permitir a situação financeira da companhia".;
- f) que as projeções de fluxo de caixa de 2015 indicam a limitação de recursos da Companhia para pagar em 2015 os dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto referentes ao exercício de 2014;
- g) a Deliberação CVM 207/1996 que estabelece que os Juros sobre o Capital Próprio pagos ou creditados somente poderão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios pelo seu valor líquido do Imposto de Renda na Fonte;
- h) a urgência de equacionar as necessidades de Caixa na Cemig Distribuição S.A. para honrar seus compromissos operacionais de curto prazo, decorrentes, principalmente: I) do não repasse pelas Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-Eletrobras da subvenção referente aos subsídios em conta de energia elétrica; II) do aumento expressivo em 2015 dos encargos da Conta de Desenvolvimento Energética-CDE estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL; e, III) do aumento dos custos com compra de energia em função da exposição da Cemig D na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE;

- i) que não há tempo hábil para a captação de recursos pela Cemig D no mercado financeiro, por meio de instrumento de dívida, para a liquidação das obrigações previstas no orçamento;
- j) que a alternativa mais viável para a entrada adicional de recursos na Cemig D, para a liquidação das suas obrigações previstas no orçamento, é o aumento do Capital Social, por meio da emissão de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, que serão subscritas e integralizadas pela Cemig;
- k) que o preço de emissão das ações ordinárias a serem emitidas é de R\$1,0297 por ação, apurado pela divisão do valor do Patrimônio Líquido em 30-09-2014 (R\$2.329.263 mil) pela quantidade de ações existentes (2.261.997.787);
- l) que o Capital Social pode ser aumentado, dentre outras hipóteses, por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária convocada e instalada para decidir sobre reforma do Estatuto Social, conforme disposto no artigo 166 da Lei 6.404/1976;
- m) que compete ao Conselho de Administração da Cemig D convocar a assembleia geral dessa Companhia, conforme disposto na alínea “f” do artigo 12 do seu Estatuto Social;
- n) que compete ao Conselho de Administração da Cemig autorizar o exercício do direito de preferência e os acordos de acionistas ou de voto em subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios de que participe a Companhia, exceto no caso das Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., para as quais a competência para deliberar sobre estas matérias será da Assembleia Geral de Acionistas, bem como aprovar as declarações de voto nas assembleias gerais e as orientações de voto nas reuniões dos conselhos de administração das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e dos consórcios de que participe essa companhia, quando envolver participação no capital de outras sociedades ou consórcios, devendo as deliberações, em qualquer caso e não somente nas matérias relativas à participação no capital de outras sociedades ou consórcios, observar as disposições do presente Estatuto, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico, conforme o disposto, respectivamente, nas alíneas “o” e “p” do artigo 17 do Estatuto Social da Cemig;
- o) que compete ao Conselho Fiscal opinar sobre as propostas dos órgãos da administração, a serem submetidas à assembleia geral, relativas à modificação do capital, conforme artigo 163, III, da Lei 6.404/1976;
- p) que não há como aguardar a realização da assembleia geral da Cemig D, sendo imprescindível que a Cemig transfira imediatamente à Cemig D os R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), mediante Adiantamento para Futuro Aumento de Capital- AFAC;
- q) que compete ao Conselho de Administração deliberar, por proposta da Diretoria Executiva, sobre a constituição de qualquer obrigação em nome da Companhia que, individualmente ou em conjunto, apresentem valor igual ou superior a R\$14.000.000,00 (quatorze milhões de reais), inclusive aportes em subsidiárias integrais, controladas e coligadas e nos consórcios de que participe, nos termos do artigo 17, alínea “e” do Estatuto Social;
- r) que o valor citado na alínea acima foi corrigido para R\$14.713.440,00 (quatorze milhões, setecentos e treze mil, quatrocentos e quarenta reais), conforme a Circular DPR-H-01/2012, de 04-01-2012; para R\$15.864.031,01 (quinze milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, trinta e um reais e um centavo), conforme a Circular DPR-H-01/2013, de 02-01-2013; para R\$16.738.139,12 (dezesesseis milhões, setecentos e trinta e oito mil, cento e trinta e nove reais e doze centavos), conforme a Circular DPR-H-02/2014, de 03-01-2014; e, para R\$17.355.065,94

(dezesete milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil, sessenta e cinco reais e noventa e quatro centavos); conforme a Circular DPR-H-01/2015, de 05-01-2015;

- s) que a matéria relativa ao aumento do Capital Social da Cemig D foi analisada pela Diretoria Jurídica;
- t) o disposto no artigo 21, § 4º, alínea “g”, do Estatuto Social da Cemig: “Artigo 21 - ... Parágrafo Quarto - Dependência de deliberação da Diretoria Executiva, as seguintes matérias: ... g) aprovar, mediante proposta do Diretor-Presidente, elaborada, em conjunto com o Diretor de Desenvolvimento de Negócios e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, as declarações de voto nas Assembleias Gerais das subsidiárias integrais, controladas, coligadas e nos consórcios dos quais participe a Companhia, exceto no caso das Subsidiárias Integrais Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., para as quais a competência para deliberar sobre estas matérias será da Assembleia Geral de Acionistas, devendo as deliberações observarem as disposições do presente Estatuto, as deliberações do Conselho de Administração, o Plano Diretor e o Plano Plurianual e Estratégico.”;
- u) que a Cemig Distribuição S.A. e a Cemig Geração e Transmissão S.A. são subsidiárias integrais da Companhia e deverão, a primeira, realizar suas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária e, a segunda, Assembleia Geral Ordinária, todas até 30-04-2015;

vem propor a V. Sas. o seguinte:

- I- que, ao lucro líquido do exercício de 2014, no montante de R\$3.136.639 mil e do saldo de Lucros Acumulados no montante de R\$70.508 mil, seja dada a seguinte destinação:
 - a) R\$797.317 mil sejam destinados como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia, conforme segue:
 - 1- R\$230.000 mil na forma de Juros sobre o Capital Próprio - JCP, conforme CRCA-117/2014, de 12-12-2014, e CRD-455/2014, de 26-12-2014, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30-06-2015 e a segunda até 30-12-2015, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 26-12-2014, cabendo a Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento e efetuar a imputação dos Juros sobre Capital Próprio ao dividendo mínimo obrigatório; e,
 - 2- R\$567.317 mil na forma de dividendos de 2014, a serem pagos até 30-12-2015, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;
 - b) R\$797.317 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Dividendos obrigatórios não distribuídos para serem pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir;
 - c) R\$1.583.443 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2015, conforme orçamento de capital; e,

d) R\$29.070 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2014 em função dos investimentos realizados na região da Sudene.

O Anexo 1 resume o cálculo dos dividendos propostos pela Administração, em conformidade com o Estatuto Social.

O Anexo 2 apresenta o Orçamento de Capital da Companhia para o exercício de 2015.

II- que o(s) representante(s) da Companhia nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., todas a realizarem-se também até 30-04-2015, vote(m) favoravelmente à ordem do dia, ou seja:

Cemig D:

- a) exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como dos respectivos documentos complementares;
- b) destinação do Lucro Líquido do exercício de 2014, no montante de R\$429.909 mil;
- c) definição da forma e data do pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios, através de Juros sobre o Capital Próprio, no montante de R\$131.610 mil;
- d) aumento do Capital Social da Cemig D em R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), passando de R\$2.261.997.787,64 (dois bilhões, duzentos e sessenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) para R\$2.361.997.787,64 (dois bilhões, trezentos e sessenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), através da emissão de 97.115.665 (noventa e sete milhões, cento e quinze mil, seiscentas e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,0297 cada, que serão subscritas e integralizadas pela Cemig. O preço de emissão foi fixado pelo valor do patrimônio líquido da ação (art. 170, §1º, II, da Lei 6.404/1976, com redação dada pela Lei 9.457/1997). A quantidade total de ações será aumentada de 2.261.997.787 (dois bilhões, duzentos e sessenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e sete) para 2.359.113.452 (dois bilhões, trezentos e cinquenta e nove milhões, cento e treze mil, quatrocentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal;
- e) alteração do “caput” do artigo 5º do Estatuto Social da Cemig D, decorrente do citado aumento do Capital Social;
- f) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, em decorrência do final do mandato; e,
- g) alteração na composição do Conselho de Administração, se alterada a composição do Conselho de Administração da Cemig.

Cemig GT:

- a) exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como dos respectivos documentos complementares;

- b) destinação do Lucro Líquido do exercício de 2014, no montante de R\$2.088.965 mil, e do saldo de Lucros Acumulados no montante de R\$59.797 mil;
- c) definição da forma e data do pagamento dos dividendos intermediários e dos juros sobre o capital próprio, no montante de R\$1.170.367 mil;
- d) eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal, em decorrência do final do mandato; e,
- e) alteração na composição do Conselho de Administração, se alterada a composição do Conselho de Administração da Cemig.

Como se verifica, a presente proposta tem como objetivo atender aos legítimos interesses dos acionistas e da Empresa, motivo pelo qual o Conselho de Administração espera que seja ela aprovada.

Belo Horizonte, 26 de março de 2015.

José Afonso Bicalho Beltrão da Silva

Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco

Mauro Borges Lemos

Paulo Roberto Reckziegel Guedes

Allan Kardec de Melo Ferreira

Saulo Alves Pereira Junior

Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz

Carlos Fernando da Silveira Vianna

Guy Maria Villela Paschoal

Newton Brandão Ferraz Ramos

Helvécio Miranda Magalhães Junior

Tarcísio Augusto Carneiro

José Pais Rangel

Ana Sílvia Corso Matte

Marco Antônio de Rezende Teixeira

Bruno Magalhães Menicucci

ÍNDICE DOS ANEXOS

- Anexo 1 – Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência**
- Anexo 2 – Parecer dos Auditores Independentes**
- Anexo 3 – Parecer do Conselho Fiscal sobre Demonstrações Financeiras**
- Anexo 4 – Parecer do Conselho Fiscal sobre a proposta do Conselho de Administração para a AGO/E**
- Anexo 5 – Proposta de Destinação do Lucro Líquido – Exercício 2014**
- Anexo 6 – Orçamento de Capital**
- Anexo 7 – Informações relativas aos candidatos indicados pelo acionista controlador - (Itens 12.6 a 12.10 do FRE)**
- Anexo 8 – Informações indicadas no item 13 do FRE - Remuneração dos administradores**

ANEXO 1

10.1 Condições Financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2014 foi de grandes desafios. Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, ocorreu uma pressão sobre o caixa das empresas distribuidoras do setor de energia elétrica no Brasil, considerando o alto preço da energia no mercado atacadista de energia. Também no setor de geração de energia, ocorreu uma menor geração de caixa em função da redução no fator de geração, principalmente no segundo semestre de 2014.

Apesar de todas as dificuldades, conseguimos gerar um lucro em 2014 de R\$3.137 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$3.104 milhões no exercício de 2013, representando um aumento de 1,06%. Comparando o ano de 2013 com o ano de 2012, cujo lucro apurado foi de R\$4.272 milhões, temos uma redução de 27,34%, o que poderia indicar uma queda em nosso desempenho. Entretanto, o resultado do ano de 2012 foi beneficiado por um evento extraordinário, que foi a quitação antecipada do contrato da CRC.

Merece destaque também a aliança de ativos de geração que fizemos com a Vale S.A., criando uma nova empresa, a Aliança Geração de Energia S.A., que já nascerá com ativos combinados superiores a R\$4,5 bilhões, com 45% de participação da Cemig GT, e início das atividades a partir de março de 2015. Com essa associação, elevamos o potencial de gerar novos negócios e maximizar resultados na área de geração de energia, em virtude da combinação das experiências em gestão operacional, financeira e de projetos.

Na área de distribuição, destacam-se os investimentos previstos para o período de 2015 a 2018, data da próxima revisão tarifária, próximos a R\$3 bilhões, o que demonstra o nosso compromisso com o desenvolvimento do Estado de Minas Gerais e de prover energia de qualidade aos nossos 8 milhões de consumidores no Estado de Minas Gerais.

No que se refere à nossa estrutura de endividamento, temos uma parcela importante da nossa dívida vencendo em 2015, mas já estamos em entendimentos com os agentes financiadores para captação de recursos que nos permitirão a rolagem dessa dívida em 2015 de forma estruturada.

No ambiente regulatório, claramente a prioridade maior no curto prazo é abordar de maneira adequada a discussão sobre a extensão dos contratos de concessão das Usinas de Jaguará, São Simão e Miranda. As dificuldades são muitas, porém buscamos a melhor solução para a disputa judicial através de negociação com o Governo Federal.

Teremos também em 2015 a discussão dos critérios de renovação das concessões da Cemig Distribuição, que vencem em fevereiro de 2016. Nessa questão, destaca-se a melhoria contínua e destacada dos valores destes indicadores, atendendo aos padrões estabelecidos pela ANEEL, demonstrando que os investimentos efetuados nas ações e iniciativas para melhorar a qualidade no fornecimento de energia elétrica estão no caminho certo.

Além dos desafios inerentes à Companhia, teremos que lidar em 2015 com as questões que envolvem o baixo nível dos reservatórios das usinas, em função do reduzido volume de chuvas observado desde o final de 2013.

Nesse cenário, o regime de chuvas nos próximos meses em relação às médias históricas será fator determinante para a política energética do País e preços de energia para o curto e médio prazo.

Importantes medidas de sinalização dos custos de geração, como as bandeiras tarifárias, já começaram a ser implantadas, depois de um ano de testes. O conhecimento adquirido nos últimos anos é aprimorado pela constante vigilância dos órgãos reguladores no sentido da modicidade tarifária e da segurança energética.

Finalizando, apesar de todos os desafios e complexidades do setor elétrico, temos confiança no futuro, e contamos com o apoio dos nossos colaboradores e dos nossos acionistas para que a Cemig continue a ser reconhecida como a melhor energia do Brasil.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: : (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia tem uma estrutura de capital equilibrada, representada, em 31 de dezembro de 2014, por um endividamento de R\$ 13,51 bilhões, sendo 39% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 61% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2013, a estrutura de capital da companhia contemplava um endividamento de R\$9,46 bilhões, sendo 24% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 76% representado por dívidas de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2012, a estrutura de capital da Companhia contemplava um endividamento de R\$10,42 bilhões, sendo 62% deste montante representado por dívidas de curto prazo e 38% representado por dívidas de longo prazo. Essa concentração no curto prazo decorreu do reconhecimento de dívida de longo prazo no passivo circulante, por não se ter obtido, antes do encerramento das Demonstrações Contábeis, o consentimento formal (“waiver”) de que os credores não irão exercer os direitos de exigirem o pagamento, imediato ou antecipado, da dívida em função da quebra de covenant ocorrida (o waiver foi obtido em data posterior a 31 de dezembro de 2012).

O padrão de financiamento das operações da Companhia por capital próprio e de terceiros pode ser percebido ao longo dos anos pela alavancagem medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (Patrimônio Líquido mais dívida líquida).

O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 11.285 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 11.610 milhões. O Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2013 era de R\$12.638 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$ 6.232 milhões. Em 31 de dezembro de 2012 era de R\$11.550 milhões, enquanto a dívida líquida era de R\$7.741 milhões respectivamente. Os Diretores da Companhia entendem que a relação dívida líquida/(patrimônio líquido) tem se situado em níveis adequados, sendo 51% em 2014, 33% em 31 de dezembro de 2013 e 40% em 31 de dezembro de 2012.

Por fim, a Companhia informa que não há possibilidade de resgate de ações de emissão da Companhia, além das legalmente previstas.

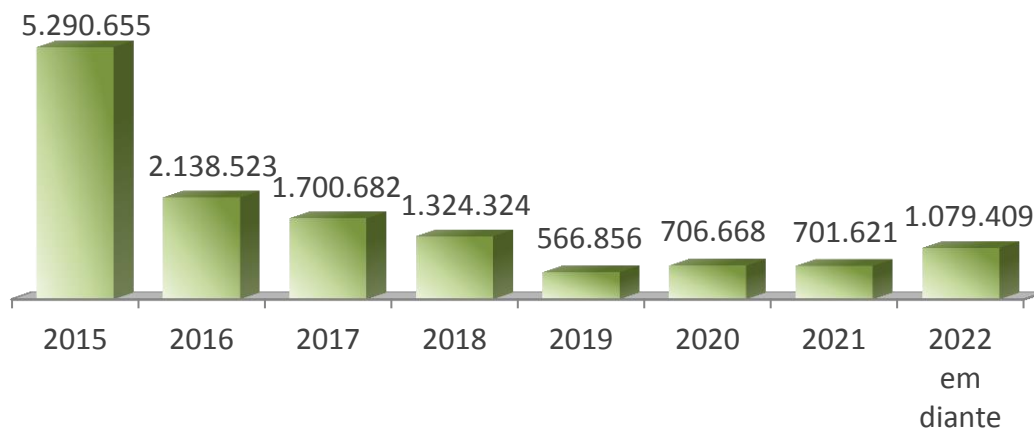
c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores da Companhia destacam a capacidade de geração de caixa da Companhia, medida pelo LAJIDA, que alcançou, em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$ 6.382 milhões em 31 de dezembro de 2013, o montante de R\$5.186 milhões e em 31 de dezembro de 2012, o montante de R\$4.238 milhões.

O caixa da Companhia era de R\$ 887 milhões em 31 de dezembro de 2014, R\$2.202 milhões em 31 de dezembro de 2013 e R\$1.919 milhões em 31 de dezembro de 2012.

Por outro lado, a dívida líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 11.610 milhões, em 31 de dezembro de 2013 era de R\$6.232 milhões e em 31 de dezembro de 2012 era de R\$7.740 milhões. Os indicadores de 2014 indicam que 1,8 anos, os indicadores de 2013 indicam que cerca de 1,2 anos de geração de caixa operacional (EBITDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor e o indicador de 2012 expressa que cerca de 1,8 anos de geração de caixa operacional (EBITDA) seriam suficientes para quitar o saldo devedor. Tais índices trazem conforto para a Administração e para os investidores em relação à capacidade da Companhia de honrar os seus compromissos financeiros.

Conforme gráfico abaixo, a dívida total de R\$13.509 milhões, não está alongada, com 67,58% vencendo em 3anos e com prazo médio de 4,1 anos:



Saldo da dívida em Milhões de reais

Entretanto, os Diretores da Companhia entendem que há plena condições da Companhia refinar sua dívida de curto prazo, uma vez que tem sido bem sucedida em acessar o mercado de capitais, seja para financiar seus investimentos ou para refinar sua dívida. Exemplo disso foram as seguintes emissões de títulos:

Pela Cemig Distribuição:

- 5ª emissão de notas promissórias, em 02/07/2012, no valor de R\$640 milhões, destinados ao financiamento de investimentos, já realizados ou a serem realizados pela Companhia, pagamento de dívida(s) contraída(s) pela Companhia e/ou reforço do capital de giro da Companhia; e
- 6ª emissão de notas promissórias, em 21/12/2012, no valor de R\$600 milhões, destinados à reposição do caixa em função de investimentos e pagamentos de dívidas realizados pela Companhia ao longo do ano de 2012;
- 3ª emissão de debêntures simples, em 15/02/2013, no valor de R\$2.160 milhões, destinados ao resgate das 64 Notas Promissórias da 5ª Emissão e das 60 Notas Promissórias da 6ª Emissão, bem como para o investimento em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura de distribuição de energia elétrica da Companhia; e
- 7ª emissão de notas promissórias, em 08/04/2014, no valor de R\$ 1.121 milhões, destinados ao pagamento de dívidas e realização de investimentos em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura da distribuição de energia elétrica da Emissora.

Pela Cemig Geração e Transmissão:

- 4ª emissão de notas promissórias, em 13/01/2012, no valor de R\$ 1.000 milhões destinados à rolagem da 1ª série da 2ª emissão de debêntures simples da Companhia;
- 3ª emissão de debêntures simples, em 15/02/2012, no valor de R\$ 1.350 milhões, destinados ao pré-pagamento da 4ª emissão de Notas Promissórias e ao reforço de capital de giro.
- 4ª emissão de debêntures simples, em 23/12/2013, no valor de R\$ 500 milhões, destinados à recomposição do caixa da empresa, em razão do pagamento de suas dívidas (a liquidação financeira das Debêntures ocorreu em 30/01/2014).
- 5ª emissão de notas promissórias, em 27/06/2014, no valor de R\$ 1.400 milhões, destinados ao pagamento de dívidas, aquisições de participações societárias e recomposição de caixa por aquisições de participações societárias efetuadas no ano.
- 5ª emissão de debêntures simples, em 10/12/2014, no valor de R\$ 1.400 milhões, destinados ao pagamento de dívidas, investimento em participações societárias e à recomposição do caixa por investimentos realizados em 2014.

O passivo circulante da Companhia era de R\$ 10.123 milhões em 31 de dezembro de 2014, R\$5.922 milhões em 31 de dezembro de 2013 e R\$12.798 milhões em 31 de dezembro de 2012. As principais obrigações referem-se aos empréstimos, financiamentos, fornecedores, impostos, dividendos e encargos regulatórios.

Dessa forma, os Diretores da Companhia consideram que a Companhia tem capacidade não somente pagar sua dívida, mas também de manter o seu histórico de cumprir fielmente os seus compromissos financeiros assumidos com fornecedores, governo, acionistas e empregados e também garantir os seus investimentos e aquisições futuras.

d. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes Utilizadas

Em abril de 2014, a Cemig Distribuição concluiu a 7ª emissão pública de notas promissórias comerciais, por meio da qual foram emitidas 121 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 08 de abril de 2014, totalizando R\$ 1.210.000.000,00 (um bilhão, duzentos e dez milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamentos de dívidas e realização de investimentos em obras destinadas a ampliar, renovar e melhorar a estrutura da distribuição de energia elétrica da Cemig Distribuição. A 7ª emissão pública de notas promissórias comerciais da Cemig Distribuição conta com o aval da Companhia, sua controladora.

Em janeiro de 2014, a Cemig Geração e Transmissão concluiu a 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 50.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com valor nominal unitário de R\$10 na data de emissão, 23 de dezembro de 2013, totalizando R\$500.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados à recomposição de caixa da Companhia, em razão do pagamento de suas dívidas. As debêntures têm prazo de três anos a contar da data de emissão, com vencimento em 23 de dezembro de 2016, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI capitalizado de um spread de 0,85% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente e a amortização do principal será paga em uma única parcela na data de vencimento. A 4ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de colocação da Cemig GT, conta com o aval da sua controladora, a CEMIG.

Em junho de 2014, a Cemig Geração e Transmissão concluiu a 5ª emissão pública de notas promissórias comerciais, por meio da qual foram emitidas 140 notas promissórias, com valor nominal unitário de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) na data de emissão, qual seja, 27 de

junho de 2014, totalizando R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamentos de dívidas, aquisições de participações societárias e recomposição de caixa por aquisições de participações societárias efetuadas no ano. A 5ª emissão pública de notas promissórias comerciais da Companhia conta com o aval de sua controladora, a CEMIG.

Em dezembro de 2014, a Cemig Geração e Transmissão concluiu a 5ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, por meio da qual foram emitidas 140.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de emissão, qual seja 10 de dezembro de 2014, totalizando R\$ 1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais). Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados para pagamento de dívidas, investimento em participações societárias e à recomposição de caixa por investimento em participações societárias efetuados no ano de 2014. A 5ª emissão pública de debêntures da Companhia conta com garantia fidejussória de sua controladora, a CEMIG.

Em 2013 foram captados cerca de R\$ 2.475 milhões em empréstimos e financiamentos que, excluídos os custos de captação de R\$ 8,6 milhões, conferem uma captação líquida de R\$ 2.467 milhões, e foram amortizados cerca de R\$ 3.601 milhões, numa visão de empresa consolidada.

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2013 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional			
Eletrobrás	2015	UFIR – 5%	5.232
Eletrobrás	2015	UFIR – 5%	18.774
Debêntures - 1ª série (Capim Branco)	2018	CDI + 0,80%	72.303
Banco do Brasil (Cemig Distribuição)	2015	99,5% do CDI	195.847
Debêntures - 1ª série (Cemig Distribuição)	2018	CDI + 0,69%	412.163
Debêntures - 2ª série (Cemig Distribuição)	2021	IPCA + 4,7%	1.103.335
Debêntures - 3ª série (Cemig Distribuição)	2025	IPCA + 5,1%	658.862
Total de Captações Líquido			2.466.516

Em março de 2013, a Cemig Distribuição concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples, por meio da qual foram emitidas 2.160.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na data de emissão, qual seja, 15 de fevereiro de 2013, totalizando R\$2.160 milhões. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 5ª e da 6ª emissão da Companhia emitidas em 02 de julho de 2012 e 21 de dezembro de 2012, respectivamente, pelo seu valor nominal, acrescido de juros remuneratórios, e aos investimentos na infraestrutura de distribuição. Foram emitidas 410.817 debêntures da primeira série, 1.095.508 debêntures da segunda série e 653.675 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 8 anos e 12 anos a contar da data de emissão, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com garantia fidejussória da CEMIG.

Já a Cemig GT prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito, no valor de R\$600 milhões, contratadas com o Banco do Brasil, via cédulas de crédito bancário. Além disso, a Cemig GT concluiu em 30 de janeiro de 2014 sua 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$500 milhões, com vencimento em uma única parcela em dezembro de 2016 e custo de CDI + 0,85% a.a., cujos recursos foram utilizados para a recomposição de caixa em função de pagamentos de dívidas realizados.

Em 2012 foram captados cerca de R\$ 4.928 milhões em empréstimos e financiamentos, que descontados os custos de captação, colocou nos caixas da empresa o valor de R\$ 4.916 milhões e foram amortizados cerca de R\$ 5.276 milhões, numa visão de empresa consolidada.

Em 2012, foram captados R\$1.470 milhões na Cemig Distribuição, sendo R\$200 milhões através da emissão de uma Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco do Brasil para o refinanciamento de dívidas existentes, R\$1.240 milhões através de duas emissões de notas promissórias comerciais para financiamento de investimentos, pagamentos de dívidas e/ou reforço de capital de giro e R\$34 milhões em financiamentos da Eletrobrás para os Programas Reluz, Cresce Minas e Luz para Todos. Além disso, a empresa contou com R\$175 milhões em recursos a fundo perdido no âmbito do Programa Luz para Todos (recursos da CDE e do Estado de Minas Gerais) e de subvenção econômica relacionada com a política tarifária aplicável a consumidores de baixa renda com os recursos da CODEMIG para o Centro Administrativo.

A Cemig Geração e Transmissão prorrogou parte de sua dívida por meio da renovação de operações de crédito contratadas com o Banco do Brasil, conforme segue: a) operações contratadas em 2006 e com vencimento final após 2012, postergando a parcela de 2012 para 2013, no valor global de R\$ 300 milhões, mantendo-se os demais vencimentos, com encargos financeiros de 104,1% do CDI; b) operações com vencimento final em 2012, no valor total de R\$ 442 milhões, postergando o vencimento da última parcela em 5 anos, com pagamentos em 2015, 2016 e 2017, cujos encargos financeiros foram 108% do CDI, calculados a partir da celebração dos aditivos aos contratos. Em ambas as operações, a Cemig Holding manteve a coobrigação e a Cemig GT manteve a faculdade de, a seu critério, pré-pagar a dívida sem incidência de custos adicionais. Adicionalmente, em 2012 a Cemig Geração e Transmissão concluiu (i) sua 4ª emissão de notas promissórias, no valor de R\$ 1.000 milhões, cujos recursos foram destinados ao pagamento das debêntures da 1ª série da 2ª emissão da Cemig Geração e Transmissão; e (ii) sua 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, no valor de R\$ 1.350 milhões, cujos recursos foram destinados ao pagamento das notas promissórias da 4ª emissão e ao reforço do capital de giro. As debêntures da 3ª emissão da Cemig Geração e Transmissão contam com garantia fidejussória da Companhia.

e. Fontes de Financiamento para Capital de Giro e para Investimentos em Ativos Não-circulantes que Pretende Utilizar para Cobertura de deficiências de Liquidez

Deve-se atentar para o fato de ser a Companhia uma sociedade de economia mista com participação majoritária do Estado de Minas Gerais e, portanto, estar sujeita às regras de contingenciamento de crédito ao setor público.

Desde 1989, na tentativa de conter o endividamento público, o Governo Federal tem legislado no sentido de impedir as instituições financeiras de conceder crédito às empresas públicas além de determinado limite. Na prática, são poucas as alternativas de captação de recursos no mercado bancário.

Com base nas exceções da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Banco Central do Brasil, restam à Companhia as seguintes opções de captação:

- Empréstimos de bancos federais para a rolagem de dívida;
- Emissão de títulos nos mercados nacional e internacional (debêntures, commercial papers, eurobonds, quotas de fundos de recebíveis);

- Financiamento para importação;
- Financiamento de agências multilaterais;
- Financiamentos de órgãos de fomento; e
- Empréstimos bancários garantidos por duplicatas de venda mercantil.

Diretrizes para a captação de recursos de terceiros.

Os Diretores da Companhia entendem que a importância dos empréstimos/financiamentos para a estrutura de capital da Companhia reside nos efeitos diretos da alavancagem financeira, que tende a maximizar o retorno do capital próprio. Devido à possibilidade de se deduzir os juros para fins fiscais, o empréstimo/financiamento é bastante desejável na estrutura de capital da Companhia, reduzindo o custo do capital. Além disso, permite à Companhia acessar uma seleção maior de alternativas de investimento aceitáveis.

O processo de captação de recursos de terceiros, pela relevância que tem para a maximização da riqueza do acionista e pelo impacto direto na estrutura de capital da Companhia e na sua saúde financeira, se pauta por uma série de diretrizes capazes de preservar a qualidade de crédito da Companhia.

Nesse sentido, observam-se as seguintes orientações:

- Aproveitar as condições favoráveis de mercado. Momentos de grande liquidez nos mercados de dívida, que oferecem recursos abundantes e mais baratos, devem ser aproveitados para alavancar a expansão das atividades da Companhia, viabilizando um número maior de projetos com retornos atrativos.
- Manter alongado o cronograma de amortização da dívida. Deve ser evitada a concentração de dívida vencendo no curto prazo, pois representa pressão no fluxo de caixa da Companhia, comprometendo a disponibilização de recursos para investimento. Deve-se buscar um cronograma de amortizações regular no longo prazo. Entretanto, o prazo mais longo possível pode não ser o ideal em certas situações, por estar, eventualmente, associado a um custo financeiro maior.
- Reduzir o custo financeiro. Deve-se buscar sempre a redução do custo médio da dívida, pois ela é parte fundamental, ao lado da expectativa de retorno do acionista, do custo médio ponderado do capital da Companhia, que é a referência mínima de retorno dos investimentos candidatos a serem implementados.
- Otimizar a exposição à moeda estrangeira. Deve-se buscar a otimização da composição da dívida em relação aos indexadores dos ativos da Companhia. A Companhia, por ter sua remuneração tarifária basicamente atrelada ao IGP-M, deve depositar nesse indexador a maior fatia da composição da dívida. Entretanto, o mercado de dívida internacional é o de maior liquidez e recursos em moeda estrangeira são bem-vindos, desde que a parcela que não contar com a proteção de hedge não represente risco financeiro material para a Companhia.
- Manter coerência com o Plano Diretor da CEMIG. A CEMIG tem em seu Estatuto Social a expressa obrigação de manter determinados indicadores financeiros limitados a números que denotam a sua saúde financeira. Tais limites foram definidos no Plano Diretor da CEMIG, como forma de se garantir aos acionistas que os investimentos para a expansão da companhia serão realizados preservando-se a sua sustentabilidade. Tais

limites são: Dívida / LAJIDA menor ou igual a 2 e Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) menor ou igual a 40%, entre outros.

- Manter aderência aos parâmetros de qualidade de crédito do órgão regulador, das agências de *rating* e dos credores. Os Diretores da Companhia entendem que as percepções de risco do mercado são importantes, pois definem parâmetros para atestar a qualidade de crédito da Companhia e balizar a sua decisão de taxa de juros a ser requerida na concessão do empréstimo/financiamento. Muitas vezes, os contratos de empréstimo/financiamento preveem cláusulas restritivas impostas pelos credores, que buscam sua proteção, garantindo-lhe o direito de romper o acordo de crédito e requerer o reembolso imediato dos recursos quando a posição financeira da Companhia parecer estar se enfraquecendo. Deve-se, então, preservar a qualidade de crédito da Companhia em níveis que denotem “grau de investimento”, ou seja, investimento de baixo risco, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio. A ANEEL, órgão regulador das atividades de controladas da Companhia, também define uma estrutura ótima de capital para fins de remuneração de base de ativos regulatórios da distribuição.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$13,5 bilhões, sendo R\$11,6 bilhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$9,5 bilhões, sendo R\$6,2 bilhões a dívida líquida. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo devedor consolidado da Companhia, com relação aos contratos financeiros, era de R\$10,4 bilhões, sendo R\$7,7 bilhões a dívida líquida.

O custo médio da dívida da Companhia tem aumentado ao longo dos anos (7,05%, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2014; 5,94% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2013 e 5,03% ao ano, a preços constantes, em 31 de dezembro de 2012), reflexo da concentração da dívida em contratos indexados em taxa de juros DI – Depósito Interfinanceiro (“CDI”), porém, mantendo-se em níveis satisfatórios. Em 31 de dezembro de 2014, os principais indexadores das dívidas da Companhia eram: Índice de Preço ao Consumidor Amplo (“IPCA”) (31% do total), CDI (64% do total), e outros (5% do total).

A análise dos indicadores da tabela abaixo aponta para a qualidade de crédito satisfatória da Companhia, destacada pela posição confortável em relação aos parâmetros usualmente praticados no mercado financeiro para os indicadores ali referidos:

	2014	2013	2012
Endividamento do Patrimônio Líquido ⁽¹⁾	2,10	1,36	1,82
Dívida Líquida / EBITDA ⁽²⁾	1,82	1,20	1,83
Dívida Líquida / (Patrimônio Líquido + Dívida Líquida) ⁽³⁾	51%	33%	40%

(1) Endividamento do Patrimônio Líquido: total do passivo / patrimônio líquido

(2) EBITDA: calculado em conformidade com a Instrução CVM nº 527/12.

(3) Dívida Líquida: dívida (empréstimos, financiamentos e debêntures) menos caixa e equivalentes de caixa.

i. Contratos de Empréstimo e Financiamento Relevantes

A Companhia celebrou diversos contratos financeiros com diferentes instituições para o financiamento de seus projetos de expansão, ampliação de suas atividades e a rolagem de sua dívida.

Segue abaixo tabela contendo um resumo dos principais contratos consolidados pela Companhia, em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 (valores expressos em R\$ mil):

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Consolidado				
				2014			2013	2012
				Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA								
ABN AMRO Real S.A.	2013	6,00	US\$					46.989
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	1.041	23.514	24.555	32.345	34.826
BNP Paribas	2012	5,89	EURO				-	1.387
KFW	2016	4,50	EURO	2.128	2.129	4.257	6.384	8.027
KFW	2024	1,78	EURO	554	9.971	10.525		
TOSHIBA	2014	LIBOR + 5,36	US\$				7.420	7.420
Dívida em Moeda Estrangeira				3.723	35.614	39.337	46.149	98.649
MOEDA NACIONAL								
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	80.184	132.046	212.230	208.611	-
Banco do Brasil S.A.	2012	109,80% do CDI	R\$				-	99.114
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	155.670	294.899	450.569	449.124	492.838
Banco do Brasil S.A.	2012	106,00% do CDI	R\$				-	99.779
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70%	R\$					56.843
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60% do CDI	R\$					136.566
Banco do Brasil S.A.	2016	104,10% do CDI	R\$	558.830	360.000	918.830	1.017.436	1.224.881
Banco do Brasil S.A.	2013	10,83%	R\$					706.796
Banco do Brasil S.A.	2015	98,50% do CDI	R\$	205.633		205.633	384.045	436.637
Banco do Brasil S.A.	2015	99,50% do CDI	R\$	237.666		237.666	212.469	-
Banco do Brasil S.A.	2016	104,25% do CDI	R\$		706.062	706.062	634.428	-

Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$						53.415
Nota Promissória – 5ª Emissão (2)	2015	106.85 do CDI	R\$	1.483.984		1.483.984			
Nota Promissória – 7ª Emissão (3)	2015	105.00 do CDI	R\$	1.311.205		1.311.205			
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	7.909	80.759	88.668	96.303		111.678
BNDES	2026	TJLP+2,48	R\$	2.262	11.242	13.504			
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$				500		199.731
Bradesco S.A.	2012	106,00% do CDI	R\$				-		990.142
Itaú e Bradesco (2)	2015	CDI + 1,70	R\$				-		819.997
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$						25.603
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	67.259	184.930	252.189	334.090		428.238
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70%	R\$						201.357
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R\$	5.316	1.779	7.095	6.707		6.366
Banco Itaú – BBA S.A	2013	CDI + 1,70	R\$						161.793
FINEP	2018	TJLP + 5 e TJLP + 8	R\$						19.917
FINEP	2018	TJLP + 5 e TJLP + 2,5	R\$	3.474	8.621	12.095	13.271		
Consórcio Pipoca	2015	IPCA	R\$	185		185	185		185
BNDES – CEMIG TELECOM (4)	2018	Diversas	R\$	7.939	16.355	24.294	32.166		48.023
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$						40.452
Nota Promissória – 1ª Emissão (4)	2015	110,40% do CDI		19.824		19.824			
Dívida em Moeda Nacional				4.147.340	1.796.693	5.944.033	3.389.335		6.360.351
Total de Empréstimos e Financiamento				4.151.063	1.832.307	5.983.370	3.435.484		6.459.000
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$				424.172		372.696
Debêntures (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	200.612	397.233	597.845	560.983		502.648
Debêntures	2012	CDI + 0,90	R\$				-		1.754.714
Debêntures (2)	2015	IPCA + 7,68	R\$	554.158		554.158	1.024.686		1.367.937
Debêntures (2)	2017	CDI + 0,90	R\$	49.359	479.506	528.865	518.319		-
Debêntures (2)	2022	IPCA + 6,20	R\$	42.597	790.445	833.042	782.247		-
Debêntures (2)	2019	IPCA + 6,00	R\$	12.302	235.970	248.272	233.127		-
Debêntures (3)	2021	IPCA + 4,70	R\$	49.797	1.216.371	1.266.168	1.188.288		-
Debêntures (3)	2025	IPCA + 5,10	R\$	32.274	725.664	757.938	711.380		-
Debêntures (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	41.441	410.463	451.904	442.272		-

Debêntures (5)	2018	CDI + 0,80	R\$				77.054	-
Debêntures – Governo do Estado de Minas Gerais (7)	2031	IGP-M	R\$				59.352	46.896
Debêntures (2)	2016	CDI +0,85	R\$	1.172	500.000	501.172		
Debêntures (2)	2018	CDI+1,70	R\$	6.336	1.400.000	1.406.336		
Debêntures (6)	2016	TJLP + 3,12	R\$	49.097	40.674	89.771		
Debêntures (6)	2015	CDI + 0,62	R\$	100.028		100.028		
Debêntures (6)	2018	CDI + 0,74	R\$	93	99.570	99.663		
Debêntures (6)	2022	TJLP+7,82 (75%) +Selic +1,82 (25%)		326	89.880	90.206		
Total de Debêntures				1.139.592	6.385.776	7.525.368	6.021.880	4.044.891
Total Geral Consolidado				5.290.655	8.218.083	13.508.738	9.457.364	10.503.891

- (1) As taxas de juros variam: 2,00% a 8,00 % ao ano; Libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88 % ao ano;
- (2) Cemig Geração e Transmissão;
- (3) Cemig Distribuição;
- (4) Cemig Telecom;
- (5) Capim Branco
- (6) Gasmig
- (7) Contratos reajustados a valor presente, conforme CPC 12.

Não há contratos relevantes em moeda estrangeira na Companhia.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii . Grau de Subordinação da Dívida

Cerca de 80% da dívida das subsidiárias da Companhia contam com garantia corporativa da empresa holding CEMIG e cerca de 10% da dívida são garantidos por recebíveis da Cemig D e da Cemig GT.

iv. Eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação aos limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Com respeito à presença de covenants financeiros em contratos de financiamento celebrados pela Cemig D, Cemig GT e Cemig, temos a informar o que segue.

A Cemig GT tem um financiamento contratado com o BNDES, que foi utilizado para o aporte de capital em sua subsidiária Baguari Energia S.A., para a construção da UHE Baguari, com uma cláusula financeira restritiva que prevê que a CEMIG, garantidora do financiamento, tem a obrigação de manter um índice de capitalização mínimo (Patrimônio Líquido/Ativo Total) de 30%, o qual, se não observado, obriga a CEMIG a providenciar, em até seis meses contados do fim do exercício social em que o índice de capitalização mínimo não fora obtido, a constituição de garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130% do valor do saldo devedor do Contrato, ou a apresentação de balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários, que indique o retorno do índice de capitalização mínimo. Não houve, ao final de 2014, descumprimento desta cláusula.

A Cemig GT possui ainda, um contrato de financiamento com o banco de desenvolvimento alemão KfW, utilizado para a construção da usina solar instalada na cobertura do estádio de futebol Mineirão. Este contrato não possui cláusula restritiva exclusiva, contudo faz referência aos covenants financeiros pactuados com qualquer outro credor da Empresa. Como o covenant financeiro do contrato celebrado com o BNDES não se aplica ao contrato celebrado com o KfW, por fazer referência ao indicador da CEMIG, o contrato de financiamento do Banco KfW, atualmente, não impõe qualquer restrição à Cemig GT.

A Cemig D tem um financiamento com o BNDES, desembolsado parcialmente em 26/12, cujos recursos são para reembolso dos gastos efetuados com obras de infraestrutura necessárias para a adequação do seu sistema elétrico, de modo a fazer frente à esperada demanda adicional por energia elétrica com a realização da Copa do Mundo. Nesse contrato, há uma cláusula financeira restritiva que prevê que a CEMIG, garantidora do financiamento, tem a obrigação de manter um índice de capitalização mínimo (Patrimônio Líquido/Ativo Total) de 30%, bem como uma relação Dívida Líquida / EBITDA menor ou igual a 4 vezes, os quais, se não observados, obrigam a CEMIG a providenciar, em até 30 dias contados da data de comunicação por escrito do BNDES sobre o não atingimento de algum dos índices, a constituição de garantias reais aceitas pelo BNDES, que representem 130% do valor do saldo devedor do Contrato, salvo se naquele prazo forem restabelecidos os níveis acima referidos. Não houve, ao final de 2014, descumprimento desta cláusula.

Há nos contratos financeiros da Cemig Distribuição e da Cemig Geração e Transmissão cláusulas padrão restringindo o pagamento de dividendos, caso a empresa esteja inadimplente, restringindo a alienação de ativos que comprometam o desenvolvimento de suas atividades e restringindo a alienação do controle acionário da Companhia.

A emissão de títulos e valores mobiliários pela Cemig Distribuição pode requerer a autorização prévia do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, bem como dos agentes repassadores de seus financiamentos.

(g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os financiamentos contratados pela Cemig Distribuição junto à Eletrobrás têm como limites de utilização a capacidade de comprovação da aplicação dos recursos nos prazos contratados. O financiamento da Eletrobrás para o Projeto Luz Para Todos apresentou um percentual de 86% de recursos desembolsados, mas seguindo critérios da Eletrobrás, uma parte deverá ser restituída, ajustando a utilização dos recursos para cerca de 70% do valor contratado.

(h) a alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Os quadros inseridos neste item apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. As informações a seguir devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras auditadas da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 e respectivas notas explicativas, elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e com os IFRS.

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013

ATIVO (em R\$ mil)	Consolidado				
	2014	AV %	2013	AV %	AH %
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	887.143	2,53	2.201.827	7,39	(59,71)
Títulos e Valores Mobiliários	993.994	2,84	933.571	3,13	6,47
Consumidores e Revendedores	2.141.844	6,12	1.911.731	6,41	12,04
Concessionários – Transporte de Energia	247.571	0,71	240.520	0,81	2,93
Ativo Financeiro da Concessão	848.375	2,42	2.254	0,01	37.538,64
Tributos Compensáveis	213.602	0,61	481.544	1,62	(55,64)
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	294.903	0,84	248.615	0,83	18,62
Revendedores – Transações com Energia Livre	-	-	42.617	0,14	-
Dividendos a Receber	73.283	0,21	17.086	0,06	328,91
Fundos Vinculados	1.110	0,00	1.877	0,01	(40,86)
Estoques	39.887	0,11	37.726	0,13	5,73
Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	344.896	0,99	174.613	0,59	97,52
Outros Créditos	467.770	1,34	374.802	1,26	24,80
TOTAL DO CIRCULANTE	6.554.378	18,73	6.668.783	22,37	(1,72)
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	17.278	0,05	89.723	0,30	(80,74)

Consumidores e Revendedores	202.734	0,58	180.307	0,60	12,44
Concessionários – Transporte de Energia	6.172	0,02	8.288	0,03	(25,53)
Tributos Compensáveis	386.606	1,10	382.075	1,28	1,19
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	207.104	0,59	177.499	0,60	16,68
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.245.726	3,56	1.220.896	4,10	2,03
Depósitos Vinculados a Litígios	1.534.805	4,39	1.180.274	3,96	30,04
Outros Créditos	407.525	1,16	83.369	0,28	388,82
Ativo Financeiro da Concessão	7.474.968	21,36	5.840.683	19,59	27,98
Investimentos	8.039.791	22,97	6.160.800	20,66	30,50
Imobilizado	5.543.620	15,84	5.817.455	19,51	(4,71)
Intangível	3.379.296	9,66	2.003.990	6,72	68,63
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	28.445.625	81,27	23.145.359	77,63	22,90
TOTAL DO ATIVO	35.000.003	100,00	29.814.142	100,00	17,39

PASSIVO (em R\$ mil)	Consolidado				
	2014	AV %	2013	AV %	AH %
Fornecedores	1.603.716	4,58	1.066.358	3,58	50,39
Encargos Regulatórios	105.558	0,30	153.437	0,51	(31,20)
Participações nos Lucros	115.698	0,33	124.930	0,42	(7,39)
Impostos, Taxas e Contribuições	554.708	1,58	498.553	1,67	11,26
Imposto de Renda e Contribuição Social	42.556	0,12	34.899	0,12	21,94
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar	1.643.451	4,70	1.107.664	3,72	48,37
Empréstimos e Financiamentos	4.151.063	11,86	1.056.225	3,54	293,01
Debêntures	1.139.592	3,26	1.181.541	3,96	(3,55)
Salários e Contribuições Sociais	194.608	0,56	185.693	0,62	4,80
Obrigações Pós-emprego	153.426	0,44	138.076	0,46	11,12
Concessões a Pagar	22.013	0,06	20.400	0,07	7,91
Outras Obrigações	396.928	1,13	353.865	1,19	12,17
TOTAL DO CIRCULANTE	10.123.317	28,92	5.921.641	19,86	70,95
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	251.937	0,72	193.025	0,65	30,52
Empréstimos e Financiamentos	1.832.307	5,24	2.379.259	7,98	-22,99
Debêntures	6.385.776	18,25	4.840.339	16,24	31,93
Impostos, Taxas e Contribuições	723.176	2,07	705.497	2,37	2,51
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	611.469	1,75	255.813	0,86	139,03
Provisões	754.975	2,16	306.385	1,03	146,41
Concessões a Pagar	156.524	0,45	151.995	0,51	2,98
Obrigações Pós-emprego	2.478.226	7,08	2.310.652	7,75	7,25
Outras Obrigações	397.344	1,14	111.179	0,37	257,39
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	13.591.734	38,83	11.254.144	37,75	20,77
TOTAL DO PASSIVO	23.715.051	67,76	17.175.785	57,61	38,07
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	6.294.208	17,98	6.294.208	21,11	-
Reservas de Capital	1.924.503	5,50	1.924.733	6,46	(0,01)
Reservas de Lucros	2.593.868	7,41	3.839.882	12,88	(32,45)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	468.332	1,34	579.534	1,94	(19,19)
TOTAL ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	11.280.911	32,23	12.638.357	42,39	(10,74)
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR	4.041	0,01	-	-	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.284.952	32,24	12.638.357	42,39	(10,71)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	35.000.003	100,00	29.814.142	100,00	17,39

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2014 em comparação a 2013 são como segue:

- Redução de R\$1.314 milhões no Caixa e Disponibilidades de Caixa da Companhia, uma variação negativa de 60%, em função da aplicação dos recursos no Programa de Investimentos da Companhia em 2014.
- Aumento de R\$354 milhões nos depósitos judiciais em função, principalmente, de depósito judicial realizado em 2014 no valor de R\$239 milhões decorrente de discussão judicial de critério de atualização monetária de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital devolvido ao Governo do Estado de Minas Gerais em período anterior.
- Aumento de R\$2.481 milhões nos ativos financeiros da concessão em função dos seguintes fatores:
 - investimentos em ativos de distribuição em 2014;
 - envio pela Aneel do Relatório da Fiscalização com a revisão preliminar do Laudo enviado pela Companhia referente a indenização dos ativos de transmissão em função da adesão a Lei 12.783/13, que correspondeu ao valor atualizado até 31 de dezembro de 2014 de R\$1.239 milhões, gerando uma receita de atualização do ativo de R\$357 milhões.
 - A partir da assinatura do aditamento ao contrato de concessão em 10 de dezembro de 2014, a Cemig D passou a reconhecer o saldo da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e de outros componentes financeiros, acumulados até 2014. O reconhecimento inicial foi realizado no ativo financeiro, conforme o caso, em contrapartida ao resultado do exercício corrente (receita de venda de bens e serviços), no valor de R\$1.107 milhões.
- Aumento de R\$1.879 milhões no saldo de Investimentos em função, principalmente, da aquisição de participação na Renova, no valor de R\$1.550 milhões, aquisição de participação na SAAG Investimentos S.A de R\$ 697 milhões e aporte na Madeira Energia de R\$428 milhões. Em contrapartida a Companhia passou a consolidar a Gasmig em função de aquisição de participação adicional. Em 2013 o saldo na rubrica de investimentos referente a Gasmig era de R\$577 milhões. Maiores informações na nota explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras.
- Aumento de R\$4.051 milhões no endividamento da Companhia, 42,84% de variação, em função da maior necessidade de recursos em 2014 para cumprir com as obrigações de compra de energia. O endividamento de curto prazo aumentou R\$3.052 milhões, em função, principalmente, da captação de recursos através de notas promissórias em 2014, no montante de R\$2.610 milhões, com vencimento previsto para 2015.

Comparação dos balanços patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012

ATIVO (em R\$ mil)	Consolidado				
	2013	AV %	2012 Reapresentado	AV %	AH %
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.201.827	7,39	1.919.125	5,89	14,73
Títulos e Valores Mobiliários	933.571	3,13	657.142	2,02	42,07
Consumidores e Revendedores	1.911.731	6,41	1.858.129	5,71	2,88
Concessionários – Transporte de Energia	240.520	0,81	347.371	1,07	(30,76)
Ativo Financeiro da Concessão	2.254	0,01	287.692	0,88	(99,22)
Tributos Compensáveis	481.544	1,62	216.746	0,67	122,17
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	248.615	0,83	228.968	0,70	8,58
Revendedores – Transações com Energia Livre	42.617	0,14	20.755	0,06	105,33

Dividendos a Receber	17.086	0,06	113.364	0,35	(84,93)
Fundos Vinculados	1.877	0,01	132.493	0,41	(98,58)
Estoques	37.726	0,13	41.204	0,13	(8,44)
Provisão para Ganhos com Instrumentos Financeiros	-	-	20.445	0,06	-
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	-	-	2.422.099	7,44	-
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	174.613	0,59	-	-	-
Outros Créditos	374.802	1,26	538.219	1,65	(30,36)
TOTAL DO CIRCULANTE	6.668.783	22,37	8.803.752	27,03	(24,25)
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	89.723	0,30	99.116	0,30	(9,48)
Concessionários – Transporte de Energia	8.288	0,03	10.440	0,03	(20,61)
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.220.896	4,10	1.303.920	4,00	(6,37)
Tributos Compensáveis	382.075	1,28	391.608	1,20	(2,43)
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	177.499	0,60	27.911	0,09	535,95
Depósitos Vinculados a Litígios	1.180.274	3,96	1.300.507	3,99	(9,25)
Consumidores e Revendedores	180.307	0,60	221.150	0,68	(18,47)
Outros Créditos	83.369	0,28	97.678	0,30	(14,65)
Ativo Financeiro da Concessão	5.840.683	19,59	5.475.463	16,81	6,67
Investimentos	6.160.800	20,66	6.855.253	21,05	(10,13)
Imobilizado	5.817.455	19,51	6.108.729	18,76	(4,77)
Intangível	2.003.990	6,72	1.874.354	5,75	6,92
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	23.145.359	77,63	23.766.129	72,97	(2,61)
TOTAL DO ATIVO	29.814.142	100,00	32.569.881	100,00	(8,46)

PASSIVO (em R\$ mil)	Consolidado				
	2013	AV %	2012 Reapresentado	AV %	AH %
Fornecedores	1.066.358	3,58	1.305.935	4,01	(18,35)
Encargos Regulatórios	153.437	0,51	317.048	0,97	(51,60)
Participações nos Lucros	124.930	0,42	84.123	0,26	48,51
Impostos, Taxas e Contribuições	498.553	1,67	515.425	1,58	(3,27)
Imposto de Renda e Contribuição Social	34.899	0,12	31.946	0,10	9,24
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar	1.107.664	3,72	3.478.810	10,68	(68,16)
Empréstimos e Financiamentos	1.056.225	3,54	4.901.538	15,05	(78,45)
Debêntures	1.181.541	3,96	1.564.531	4,80	(24,48)
Salários e Contribuições Sociais	185.693	0,62	226.743	0,70	(18,10)
Obrigações Pós-emprego	138.076	0,46	51.227	0,16	169,54
Concessões a Pagar	20.400	0,07	16.270	0,05	25,38
Outras Obrigações	353.865	1,19	304.710	0,94	16,13
TOTAL DO CIRCULANTE	5.921.641	19,86	12.798.306	39,29	(53,73)
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	193.025	0,65	169.201	0,52	14,08
Empréstimos e Financiamentos	2.379.259	7,98	1.608.770	4,94	47,89
Debêntures	4.840.339	16,24	2.340.954	7,19	106,77
Impostos, Taxas e Contribuições	705.497	2,37	686.172	2,11	2,82
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	255.813	0,86	307.188	0,94	(16,72)
Provisões	306.385	1,03	265.476	0,82	15,41
Concessões a Pagar	151.995	0,51	171.448	0,53	(11,35)
Obrigações Pós-emprego	2.310.652	7,75	2.574.948	7,91	(10,26)
Outras Obrigações	111.179	0,37	97.422	0,30	14,12
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	11.254.144	37,75	8.221.579	25,24	36,89
TOTAL DO PASSIVO	17.175.785	57,61	21.019.885	64,54	(18,29)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital Social	6.294.208	21,11	4.265.091	13,10	47,57
Reservas de Capital	1.924.733	6,46	3.953.850	12,14	(51,32)
Reservas de Lucros	3.839.882	12,88	2.856.176	8,77	34,44
Ajustes de Avaliação Patrimonial	579.534	1,94	474.879	1,46	22,04
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.638.357	42,39	11.549.996	35,46	9,42
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29.814.142	100,00	32.569.881	100,00	(8,46)

As principais alterações nas contas de ativo e passivo das demonstrações financeiras da Companhia de 2013 em comparação a 2012 são como segue:

- Aumento de 122,17% nos saldos de Tributos Compensáveis em função dos créditos registrados de PASEP/CONFINS em função de êxito da Companhia em ação judicial onde questionava-se a legalidade da incidência dos impostos sobre as receitas financeiras e outras receitas não operacionais.
- Extinção do saldo de contas a receber do Governo do Estado de Minas Gerais no Circulante no valor de R\$2.422 milhões em função da liquidação antecipada do contrato com o Governo do Estado de Minas Gerais no 1º trimestre de 2013.
- Redução de 68,16% no saldo de juros sobre capital próprio e dividendos a pagar em função do menor lucro apurado em 2013 e também da declaração de dividendos extraordinários no exercício anterior no valor de R\$1.600 milhões.
- A variação nos investimentos decorre, principalmente, da alienação, concluída em 2013, da totalidade das participações acionárias detidas pela Cemig GT na EBTE e no Grupo TBE para a controlada em conjunto TAESA;
- Em decorrência do Decreto nº 7.891/13, a Cemig D registrou a partir de 2013 os subsídios tarifários que são reembolsados através dos repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), sendo que o saldo a receber em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$136 milhões.
- Saldo de reembolso de subsídios tarifários e custo com energia comprada no valor de R\$175 milhões em 2013 referente a valores a serem repassados pela Eletrobrás com utilização de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

10.2 - Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013

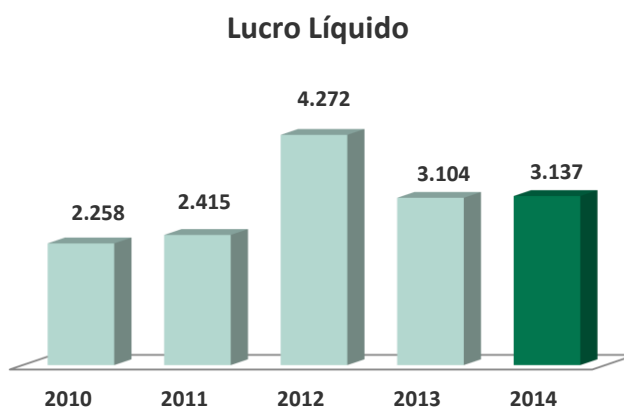
R\$ milhões	Consolidado				
	2014	AV %	2013	AV %	AH %
RECEITA LÍQUIDA	19.540	100,00	14.627	100,00	33,59
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal	(1.252)	(6,41)	(1.284)	(8,78)	(2,49)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(249)	(1,28)	(221)	(1,51)	12,67
Obrigações Pós-Emprego	(212)	(1,08)	(175)	(1,20)	21,14
Materiais	(99)	(0,50)	(67)	(0,46)	47,76
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(282)	(1,45)	(56)	(0,38)	403,57
Serviços de Terceiros	(953)	(4,88)	(917)	(6,27)	3,93
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(7.428)	(38,02)	(5.207)	(35,60)	42,65
Depreciação e Amortização	(801)	(4,10)	(824)	(5,63)	(2,79)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(127)	(0,65)	(131)	(0,90)	(3,05)
Provisões (Reversões) Operacionais	(581)	(2,97)	(305)	(2,09)	90,49
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(744)	(3,81)	(575)	(3,93)	29,39
Gás comprado para Revenda	(254)	(1,30)	-	-	-
Custos de Construção	(942)	(4,82)	(975)	(6,67)	3,38
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(525)	(2,69)	(494)	(3,38)	6,28
	(14.451)	(73,96)	(11.232)	(76,79)	28,66
Resultado de Equivalência Patrimonial	210	1,08	764	5,22	(72,51)
Ganho na Alienação de Investimento	-	-	284	1,94	(100,00)
Lucros Não Realizados na Alienação de Investimento	-	-	(81)	(0,55)	(100,00)
Resultado com combinação de Negócios	281	1,44	-	-	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	5.580	28,56	4.362	29,82	27,92
Receitas Financeiras	593	3,03	886	6,05	(33,07)
Despesas Financeiras	(1.694)	(8,67)	(1.194)	(8,15)	41,88
Resultado antes dos Impostos	4.479	22,92	4.054	27,72	10,48
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(1.259)	(6,44)	(994)	(6,80)	26,66
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(83)	(0,43)	44	0,30	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.137	16,05	3.104	21,22	1,06

Os Resultados Operacionais da Companhia, segregados por natureza, são conforme segue:

Resultado do Período

A Cemig apresentou, no exercício de 2014, um lucro líquido de R\$3.137 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$3.104 milhões no exercício de 2013, representando um aumento de 1,06%.

As principais variações no resultado estão descritas a seguir:



Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

R\$ milhões	2014 R\$ milhões	2013 R\$ milhões	Variação %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	17.232	14.741	16,90
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	855	1.008	(15,18)
CVA e Outros Componentes Financeiros	1.107	-	-
Receita de Transmissão			
Receita de Concessão de Transmissão	557	404	37,87
Receita de Construção de Transmissão	80	91	(12,09)
Receita de Indenização de Transmissão	420	21	1.900,00
Receita de Construção de Distribuição	862	884	(2,49)
Transações com energia na CCEE	2.348	1.193	96,81
Outras Receitas Operacionais	1.705	1.048	62,69
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(5.626)	(4.763)	18,12
Receita Operacional Líquida	19.540	14.627	33,59

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$17.232 milhões em 2014 em comparação a R\$14.741 milhões em 2013, o que representa um aumento de 16,90%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$14.922 milhões em 2014 comparada a R\$12.597 milhões em 2013, um aumento de 18,46%.

Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

- reajuste tarifário anual com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013 (efeito integral em 2014);
- revisão tarifária com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 14,76%, a partir de 8 de abril de 2014;
- aumento de 8,66% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais em 2014.

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$ milhões		Preço Médio – R\$/MWh	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Residencial	10.013.757	9.473.426	5.183	4.518	517,60	476,87
Industrial	26.025.584	23.451.590	4.793	4.023	184,18	171,56
Comércio, Serviços e Outros	6.395.473	6.035.454	2.786	2.354	435,57	390,06
Rural	3.390.096	3.028.459	908	741	267,97	244,62
Poder Público	891.454	860.709	381	328	427,55	381,36
Iluminação Pública	1.298.047	1.267.202	358	311	275,72	245,24
Serviço Público	1.272.365	1.241.897	368	320	289,33	257,40
Subtotal	49.286.776	45.358.737	14.778	12.595	299,83	277,67
Consumo Próprio	37.590	35.162	-	-	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	144	3	-	-
	49.324.366	45.393.899	14.922	12.597	302,53	277,51
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	14.146.109	16.127.376	2.251	2.127	159,16	131,89
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	59	17	-	-
Total	63.470.475	61.521.275	17.232	14.741	271,50	239,61

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) e contratos bilaterais com outros agentes.

O desempenho das principais classes de consumo de energia elétrica está descrito a seguir:

Residencial: O consumo residencial apresentou crescimento de 5,70% em relação a 2013. O aumento de consumo de energia desta classe está associado, principalmente, à ligação de novas unidades consumidoras, temperaturas mais elevadas no ano com uma maior utilização de aparelhos de ar condicionado e ventiladores nas residências, e aumento de 2,2% no consumo médio mensal por consumidor, atingindo 131,2 kWh/mês, o maior valor desde o ano de 2001.

Industrial: A energia consumida pelos clientes cativos e livres apresentou um aumento de 10,98% em relação a 2013, decorrente basicamente do crescimento de 13,7% no volume de energia faturada pela Cemig GT para os clientes livres em função da incorporação de novos clientes na carteira e redirecionamento da energia disponível com o término, em dezembro de 2013, de contratos celebrados no ACR para o mercado livre;

Comercial: A energia consumida pelos clientes cativos e livres, na área de concessão em Minas Gerais e fora do Estado, aumentou 5,97%, decorrente, basicamente, da ligação de novas unidades consumidoras e ao incremento de consumo, principalmente de ar condicionado em decorrência da alta da temperatura em 2014.

Rural: O consumo dessa classe cresceu 11,94%, em decorrência do aumento na demanda de energia para irrigação, em função das condições climáticas atípicas ao longo do ano de 2014, com menores chuvas e temperatura mais elevada.

Demais classes: As demais classes (Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio), cresceram 2,73% no ano de 2014.

Receita com suprimento a Outras Concessionárias

A receita com energia vendida foi R\$2.310 milhões em 2014 comparada a R\$2.144 milhões em 2013, o que representou um aumento de 7,74%.

Apesar da redução de 12,28% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias, que foi de 14.146.109 MWh em 2014, comparada a 16.127.376 MWh em 2013, o aumento na receita foi justificado pelo aumento de 20,68% no preço médio de venda da energia, que foi de R\$159,16 por MWh no exercício de 2014 em comparação a R\$132,94 por MWh em 2013.

O aumento no preço médio decorre substancialmente da redução de oferta de energia em 2014, consequência do baixo nível dos reservatórios.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. Em 2014, a receita foi de R\$855 milhões comparada a R\$1.008 milhões em 2013, uma redução de 15,18%. Essa variação decorre, basicamente, dos impactos na Cemig Distribuição, como: (a) desaquecimento das atividades do setor industrial no período cujo impacto foi uma redução de 10,3% no volume de energia transportada; (b) impacto tarifário nos consumidores livres a partir de 08 de abril de 2013 com redução de 33,22%, compensado parcialmente pelo reajuste de 8,79% em 08 de abril de 2014.

CVA e Outros Componentes Financeiros

Em função de alteração nos contratos de concessão das empresas distribuidoras de energia elétrica, a Companhia passou a reconhecer os saldos dos custos não gerenciáveis a serem repassados no próximo reajuste tarifário da Cemig D, o que representou uma receita de R\$1.107 milhões em 2014. Vide maiores informações na nota explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$2.348 milhões em 2014 comparada a R\$1.193 milhões em 2013, um aumento de 96,81%. Este resultado decorre, basicamente, da alta de 161,88% verificada no valor médio do Preço no mercado atacadista em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas em 2014 (R\$688,89/MWh em 2014 e R\$263,06/MWh em 2013).

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia são como segue:

	Consolidado	
	2014	2013
Fornecimento de Gás	422	-
Serviço Taxado	11	10
Serviço de Telecomunicações	135	127
Prestações de Serviços	118	122
Subvenções (*)	790	673
Aluguel e Arrendamento	81	57
Outras	148	59
	1.705	1.048

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

Esta variação foi ocasionada, principalmente, pela receita com fornecimento de gás no montante de R\$422 milhões, decorrente da consolidação da GASMIG, a partir de outubro de 2014.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$5.626 milhões em 2014 comparados a R\$4.762 milhões em 2013, representando um aumento de 18,12%. Este resultado decorre, principalmente, das variações ocorridas na Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, representaram em 2014 o montante de R\$14.451 milhões comparados a R\$11.232 milhões em 2013, um aumento de 28,66%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$7.428 milhões em 2014 comparada a R\$5.207 milhões em 2013, representando um aumento de 42,65%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- maior volume de compra de energia no ambiente livre em 2014, uma variação de R\$477 milhões, em função da maior atividade de comercialização, associado ao maior preço da energia em 2014 em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas;
- exposição involuntária em 2014 da Cemig Distribuição ao mercado de curto prazo de energia aliado ao aumento do preço da energia em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Dessa forma, a Companhia teve uma despesa nesse mercado de R\$1.263 milhões em 2014 na comparação com R\$304 milhões em 2013;
- redução de 18,31% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$830 milhões no exercício de 2014, comparados a R\$1.016 milhões no exercício de 2013, em decorrência, basicamente, da redução de 28,74% na quantidade de energia comprada sendo 6.254.980 mWh em 2014 comparados a 8.777.227 mWh em 2013. O efeito desta redução na quantidade foi parcialmente compensado pela valorização do Dólar frente ao Real em 2014 comparado ao mesmo período do ano anterior. O Dólar médio relativo às faturas de 2014 foi de R\$2,35, em comparação a R\$2,16 de 2013, o que representou uma variação de 8,80%.

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$744 milhões em 2014, comparados a R\$575 milhões em 2013, representando um aumento de 29,39%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$581 milhões em 2014, comparadas a R\$305 milhões em 2013, um aumento de 90,49%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- constituição de R\$195 milhões em 2014, de provisão para perdas sendo R\$166 milhões decorrentes das opções de vendas das ações da Parati e R\$29 milhões decorrentes de contrato de outorga de opção de venda de cotas da SAAG, que mantém investimento em Madeira Energia, assinado entre Cemig GT e entidades de previdência complementar. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 14.
- acréscimo nas provisões trabalhistas em 2014 de R\$71 milhões na comparação com o ano anterior (R\$242 milhões em 2014 comparados a R\$171 milhões em 2013). Este aumento decorre basicamente da provisão em 2014 de R\$127 milhões em decorrência do aumento de 3% de aumento real aos empregados em função de dissídio coletivo ajuizado por entidades representativas dos empregados. Mais detalhes vide Nota explicativa N° 22.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$1.252 milhões em 2014 comparada a R\$1.284 milhões em 2013, representando uma redução de 2,49%. Esta redução decorre, principalmente, do fato que em 2013 a despesa foi impactada de forma extraordinária pelos custos com o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID), no montante de R\$78 milhões.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$282 milhões em 2014 comparados a R\$56 milhões em 2013, aumento de 403,57%. Este resultado decorre da necessidade de aquisição, em 2014, de maior quantidade de óleo combustível para a Usina Termelétrica de Igarapé, acionada com maior intensidade neste ano em função do baixo nível de água nos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$942 milhões no exercício de 2014 comparados a R\$975 milhões do mesmo período de 2013, uma redução de 3,38%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado em 2014 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$1.101 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$308 milhões em 2013. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Em 2013, a Cemig teve um ganho de R\$313 milhões, reconhecido no resultado financeiro, sendo R\$81 milhões como reversão de PASEP e COFINS e R\$232 milhões como receita de variação monetária. Esse resultado decorreu de discussão judicial sobre a ilegalidade da ampliação da base de cálculo da Contribuição ao PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, referente o período de 1999 a janeiro de 2004, sendo que a Companhia obteve êxito por meio de decisão transitada em julgado.
- Aumento de 33,38% nos Encargos de Empréstimos e Financiamentos, R\$931 milhões em 2014 comparados a R\$698 milhões em 2013, decorrente do maior volume de recursos em 2014 indexados à variação do CDI e também da maior variação do índice (10,81% em 2014 e 8,05% em 2013);
- Reconhecimento de uma despesa financeira de R\$239 milhões em 2014, decorrente de atualização monetária complementar, apurada pela diferença entre a taxa Selic e IGP-M, aplicada sobre o valor de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) feito pelo Governo do Estado em exercícios anteriores. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 22.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras.

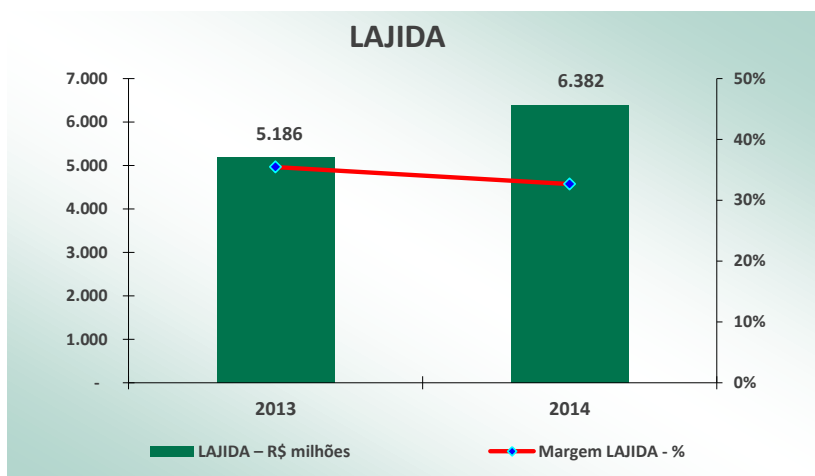
Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2014, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$1.343 milhões em relação ao Resultado de R\$4.479 milhões antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 29,96%. A Companhia apurou em 2013 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$950 milhões em relação ao Resultado de R\$4.054 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 23,43%. Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Financeiras.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Cemig em 2014 apresentou um aumento de 23,06% na comparação com 2013.

LAJIDA - R\$ mil	2014	2013	Var %
Resultado do Exercício	3.137	3.104	1,06
+ Despesa de IR e Contribuição Social	1.343	950	41,37
+ Resultado Financeiro	1.101	308	257,47
+ Depreciação e Amortização	801	824	(2,79)
= LAJIDA	6.382	5.186	23,06



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A margem do LAJIDA da Companhia passou de 35,45% em 2013 para 32,66% em 2014 em função, entre outros fatores, da redução do resultado de equivalência patrimonial em 2014.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO

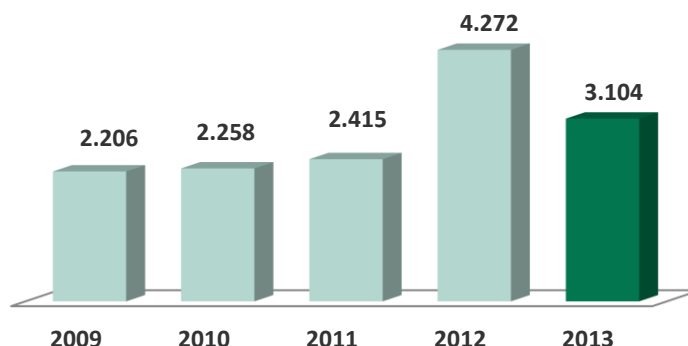
Comparação dos resultados operacionais dos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2013 e 2012

R\$ milhões	Consolidado				
	2013	AV %	2012	AV %	AH %
RECEITA LÍQUIDA	14.627	100,00	14.137	100,00	3,47
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal	(1.284)	(8,78)	(1.174)	(8,30)	9,37
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(222)	(1,52)	(239)	(1,69)	(7,11)
Obrigações Pós-Emprego	(175)	(1,20)	(134)	(0,95)	30,60
Materiais	(123)	(0,84)	(73)	(0,52)	68,49
Serviços de Terceiros	(917)	(6,27)	(906)	(6,41)	1,21
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(5.207)	(35,60)	(4.683)	(33,13)	11,19
Depreciação e Amortização	(824)	(5,63)	(763)	(5,40)	7,99
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(131)	(0,90)	(185)	(1,31)	(29,19)
Provisões (Reversões) Operacionais	(305)	(2,09)	(671)	(4,75)	(54,55)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(575)	(3,93)	(883)	(6,25)	(34,88)
Custos de Construção	(975)	(6,67)	(1.336)	(9,45)	(27,02)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(494)	(3,38)	(481)	(3,40)	2,70
	(11.232)	(76,79)	(11.528)	(81,54)	(2,57)
Resultado de Equivalência Patrimonial	764	5,22	866	6,13	(11,78)
Ganho na Alienação de Investimento	284	1,94	-	-	-
Lucros Não Realizados na Alienação de Investimento	(81)	(0,55)	-	-	-
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	4.362	29,82	3.475	24,58	25,53
Receitas Financeiras	886	6,06	2.924	20,68	(69,70)
Despesas Financeiras	(1.194)	(8,16)	(1.294)	(9,15)	(7,73)
Resultado antes dos Impostos	4.054	27,72	5.105	36,11	(20,59)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	(994)	(6,80)	(1.036)	(7,33)	(4,05)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	44	0,30	203	1,44	(78,33)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	3.104	21,22	4.272	30,22	(27,34)

Resultado do Exercício

A Cemig apresentou, no exercício de 2013, um resultado de R\$3.104 milhões em comparação ao resultado de R\$4.272 milhões no exercício de 2012, representando uma redução de 27,34%. Esta redução decorre, principalmente, do efeito extraordinário no lucro líquido de 2012 em função da liquidação antecipada do contrato da CRC pelo Governo do Estado de Minas Gerais

Lucro Líquido



Receita operacional

A composição das receitas operacionais é como segue:

R\$ milhões	2013	AV %	2012	AV %	AH %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	14.741	100,78	15.380	108,79	(4,15)
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	1.008	6,89	1.808	12,79	(44,25)
Receita de Transmissão					
Receita de Concessão de Transmissão	404	2,76	662	4,68	(38,97)
Receita de Construção de Transmissão	91	0,62	107	0,76	(14,95)
Receita de Indenização de Transmissão	21	0,14	192	1,36	(89,06)
Receita de Construção de Distribuição	884	6,04	1.229	8,69	(28,07)
Transações com energia na CCEE	1.193	8,16	387	2,74	208,27
Outras Receitas Operacionais	1.048	7,16	507	3,59	106,71
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(4.763)	(32,56)	(6.135)	(43,40)	(22,36)
Receita Operacional Líquida	14.627	100,00	14.137	100,00	3,47

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$14.741 milhões em 2013 em comparação a R\$15.380 milhões em 2012, o que representa uma redução de 4,15%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$12.597 milhões em 2013 comparada a R\$13.691 milhões em 2012, uma redução de 7,99%.

Os principais itens que afetaram o resultado são como segue:

redução tarifária média percebida pelos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 18,14%, conforme Revisão Tarifária Extraordinária estabelecida pela Medida Provisória 579/12. As tarifas foram aplicadas de 24 de janeiro de 2013 a 07 de abril de 2013, quando ocorreu o resultado do processo de Revisão Tarifária Ordinária da Cemig D;

reajuste tarifário anual com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 3,85%, a partir de 8 de abril de 2012 (efeito integral em 2013);

revisão tarifária com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos da Cemig Distribuição de 2,99%, a partir de 8 de abril de 2013;

redução de 1,78% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;

reajuste nos contratos de venda de energia para consumidores livres em 2013, sendo a maior parte dos contratos indexados à variação do IGP-M;

Receita com suprimento a Outras Concessionárias

A receita com energia vendida foi R\$2.144 milhões em 2013 comparada a R\$1.689 milhões em 2012, o que representou um aumento de 26,94%. Os principais fatores que ocasionaram este resultado estão relacionados a seguir:

aumento de 20,64% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias, que foi de 16.127.376 MWh em 2013, comparada a 13.368.096 MWh em 2012;

aumento de 5,22% no preço médio de venda da energia, que foi de R\$132,94 por MWh no exercício de 2013 em comparação a R\$126,35 por MWh em 2012.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. Em 2013, a receita foi de R\$1.008 milhões em 2013 comparada a R\$1.808 milhões em 2012, uma redução de 44,25%. Esta variação decorre, principalmente, da redução na tarifa advinda da revisão tarifária da Cemig Distribuição, com impacto médio percebido pelos consumidores livres, de 33,22%, a partir de 08 de abril de 2013, e redução no consumo industrial dos grandes clientes em 2013.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$1.193 milhões em 2013 comparada a R\$387 milhões em 2012, um aumento de 208,27%. Este resultado decorre, principalmente, de uma maior disponibilidade de energia para liquidação na CCEE no período, decorrente, principalmente, da energia migrada dos consumidores livres e do excedente de energia advinda dos contratos por disponibilidade, associada a alta de 57,81% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD (R\$263,06/MWh em 2013 e R\$166,69/MWh em 2012).

Outras receitas operacionais

As outras receitas da Companhia são como segue:

R\$ milhões	Consolidado		
	2013	2012	AH %
Serviço Taxado	10	17	(41,18)
Serviço de Telecomunicações	127	145	(12,41)
Prestações de Serviços	122	96	27,08
Subvenções (*)	673	176	282,39
Aluguel e Arrendamento	57	71	(19,72)
Outras	59	2	2.850,00
	1.048	507	106,71

(*) *Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.*

Esta variação foi ocasionada, principalmente, de repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), para compensar os subsídios nas Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) que não foram incorporados à tarifa, no montante de R\$488 milhões no exercício de 2013.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$4.763 milhões em 2013 comparados a R\$6.135 milhões em 2012, representando uma redução de 22,36%. Este resultado decorre, principalmente, da aplicação da MP 579/12, quanto à redução dos encargos setoriais:

Reserva Global de Reversão (RGR)

A Reserva Global de Reversão é uma cota anual embutida nos custos das concessionárias para geração de recursos para expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, e os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL.

Os encargos referentes à RGR no exercício de 2013 foram de R\$70 milhões, comparados a R\$217 milhões em 2012, representando uma redução de 67,74%. Esta redução decorre, principalmente, dos efeitos da Lei 12.783/13, que isentou a Cemig Distribuição do recolhimento da RGR a partir de fevereiro de 2013.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Os encargos referentes à CDE foram de R\$132 milhões em 2013 em comparação a R\$498 milhões em 2012, representando uma redução de 73,49%. A Lei 12.783/13 reduziu em 75,00% os encargos referentes à CDE.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

Conta de Consumo de Combustível (CCC)

Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL.

A partir de fevereiro de 2013, em função da Lei 12.783/13, a Companhia ficou isenta do recolhimento da Conta de Consumo de Combustível (CCC). Os encargos referentes à CCC foram de R\$25 milhões em 2013, comparados a R\$458 milhões em 2012, representando uma redução de 94,54%.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, representaram em 2013 o montante de R\$11.232 milhões comparados a R\$11.528 milhões em 2012, uma redução de 2,57%.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$5.207 milhões em 2013 comparada a R\$4.683 milhões em 2012, representando um aumento de 11,19%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

maior compra de energia no ambiente livre em 2013, uma variação de R\$578 milhões, em função da maior atividade de comercialização pela Cemig GT, associado ao maior custo de aquisição em função do aumento do preço da energia no mercado brasileiro;

este aumento foi compensado, parcialmente, pela redução nos gastos com energia de curto prazo decorrente de exposição na CCEE, tendo em vista o ressarcimento pelo Governo Federal de parcela dos custos no montante de R\$1.008 milhões, conforme segue:

R\$489 milhões decorrentes da redução do impacto do reajuste tarifário, limitado em 3,00% pelo Governo Federal, com o recebimento à vista de parcela dos gastos com compra de energia, que foram superiores à receita no período de abril de 2012 a abril de 2013;

R\$519 milhões em virtude do alívio das exposições financeiras da Companhia no mercado de curto prazo, que cobriu o déficit tarifário relativo ao risco hidrológico decorrente das cotas, à exposição involuntária decorrente da não adesão à prorrogação das concessões e ao Encargo de Serviço de Sistema (ESS-Segurança Energética).

aumento de 14,80% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$1.016 milhões no exercício de 2013, comparada a R\$885 milhões no exercício de 2012, em decorrência, dentre outros fatores, da desvalorização do Real frente ao Dólar em 2013, comparada a uma valorização em 2012. O Dólar médio relativo às faturas no

exercício de 2013 foi de R\$2,0313, em comparação a R\$1,5897 do exercício de 2012, o que representou uma variação de 27,78%;

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$575 milhões em 2013, comparados a R\$883 milhões em 2012, representando uma redução de 34,88%. Este resultado decorre da aplicação da Lei 12.783/13, que reduziu os encargos setoriais e também renovou concessões antigas de transmissão do setor elétrico, com a redução na remuneração das concessionárias, o que refletiu na diminuição dos encargos de transmissão.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$305 milhões em 2013, comparadas a R\$671 milhões em 2012, uma redução de 54,55%. Esta variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

constituição de R\$403 milhões em 2012, de provisão relativa ao Termo de Conciliação firmado entre a Companhia e a União em ação relacionada à extinta Conta CRC, o que viabilizou a operação de liquidação antecipada do contrato da CRC com o Governo do Estado de Minas Gerais;

provisão para Devedores Duvidosos de R\$121 milhões em 2013 na comparação com R\$227 milhões em 2012, em função de provisão no ano anterior de R\$159 milhões referente à perda relativa ao ICMS sobre encargos de uso do sistema de distribuição – TUSD;

em 2013 ocorreu um acréscimo de R\$168 milhões nas provisões trabalhistas em função de revisão nas estimativas de perda nas contingências da Companhia.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$1.284 milhões em 2013 comparada a R\$1.174 em 2012, representando um aumento de 9,37%. Este resultado decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

adesões de empregados ao novo Programa de Desligamento Voluntário (PDV) da companhia, o Programa Incentivo ao Desligamento (PID), com uma provisão de R\$78 milhões no resultado em 2013, em comparação a R\$34 milhões de provisão em 2012;

reajuste salarial de 6,00%, concedido aos empregados em 2012, decorrente do Acordo Coletivo 2012/2013 (efeito integral em 2013) e de 6,85%, a partir de novembro de 2013, decorrente do Acordo Coletivo 2013/2014;

menor custo com pessoal transferido para obras em 2013, uma redução de R\$50 milhões, em função do menor programa de investimentos neste ano.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$975 milhões no exercício de 2013 comparados a R\$1.336 milhões do mesmo período de 2012, uma redução de 27,02%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado em 2013 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$308 milhões comparada a uma Receita Financeira Líquida de R\$1.630 milhões em 2012. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

a Cemig discutiu judicialmente a ilegalidade do § 1º do artigo 3º da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998, relativa à ampliação da base de cálculo da Contribuição ao PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, referente o período de 1999 a janeiro de 2004, e obteve êxito por meio de decisão transitada em julgado. Em decorrência, foi autorizada a transferência do crédito para suas subsidiárias, sendo que, para a Cemig D, foi em um percentual de 51,93% e Cemig GT 48,07% do total pleiteado, possibilitando a compensação com outros tributos da União. O ganho total para a Companhia foi de R\$313 milhões, sendo reconhecido no resultado financeiro o valor de R\$81 milhões como reversão de PASEP e COFINS e R\$232 milhões como receita de variação monetária;

receita com atualização monetária do contrato CRC, em 2012, de R\$2.383 milhões em decorrência de sua quitação antecipada;

redução na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos: R\$698 milhões em 2013 comparada a R\$811 milhões em 2012. Essa redução decorre basicamente do menor estoque de dívida vinculado à variação do CDI em 2013 na comparação com 2012. Deve ser ressaltado que no caso da dívida indexada à variação do CDI, toda a variação do índice é alocada como encargos, sendo que nas dívidas indexadas a índices de inflação, somente é alocada como encargo os juros, sendo a variação do indexador inflacionário alocada como despesa com variação monetária;

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2013, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$950 milhões em relação ao Resultado de R\$4.054 milhões antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 23,44%. A Companhia apurou em 2012 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$833 milhões em relação ao Resultado de R\$5.104 milhões, representando um percentual de 16,31%.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

LAJIDA - R\$ milhões	2013	2012	Var%
Resultado do Exercício	3.104	4.272	(27,34)
+ Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	950	833	14,05
+ Resultado Financeiro	308	(1.630)	(118,90)
+ Amortização e Depreciação	824	763	7,99
= LAJIDA	5.186	4.238	22,37

LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Contábeis observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

O aumento do LAJIDA em 2013 em comparação ao mesmo período de 2012, deve-se, principalmente, ao aumento de R\$490 milhões na receita operacional da Companhia, associada a uma redução de R\$357 milhões nos custos operacionais (excluindo-se depreciação e amortização).

Dessa forma, a margem do LAJIDA da Companhia subiu de 29,98% em 2012 para 35,46% em 2013.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras.

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos exercícios sociais de 2014, 2013 e 2011.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2014 a Companhia realizou as seguintes aquisições de participações societárias, com a descrição em milhares de Reais:

Aumento de participação na usina de Santo Antônio mediante aquisição de participação indireta via Fundo de Investimento em Participações Melbourne (“FIP Melbourne”)

No dia 06 de junho de 2014 foram alienadas, pela Andrade Gutierrez Participações S.A. (“AGP”), ações preferenciais nominativas e ações ordinárias nominativas (“Operação”), correspondentes a 83% do capital social total e 49% do capital social votante da SAAG Investimentos S.A. (“SAAG”), para o FIP Melbourne, administrado pelo Banco Modal, do qual a Cemig GT e entidades de previdência complementar são investidoras por meio de uma

estrutura de fundos de investimento em participações (“Fundos”) e sociedade de propósito específico (“SPE” e, em conjunto com os Fundos, “Estrutura de Investimento”).

A Cemig GT detém participação inferior a 50% do patrimônio dos Fundos e inferior a 50% capital social votante da SPE, preservando a natureza privada da Estrutura de Investimento.

A SAAG detém 12,4% do capital social total da MESA.

Com a conclusão da operação a Cemig GT passou a deter uma participação indireta de 7,87% na MESA.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre o valor contábil e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo como base a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear da data de aquisição até a data de encerramento da concessão, em junho de 2043.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na usina de Santo Antônio, através do FIP Melbourne, classificados no balanço patrimonial como investimento com influência significativa:

	Valores justos das participações adquiridas (7,87%)
Investimentos	1.099.450
Intangível	258.683
Imposto de Renda Diferido	(87.952)
Total da participação adquirida pela Companhia	697.796

Na data da aquisição, o valor justo dos ativos líquidos, proporcional a participação adquirida era de R\$527.055, sendo a diferença em relação ao valor da contraprestação transferida, no valor de R\$170.741, identificada e alocada como um direito intangível de exploração da atividade regulada..

Adicionalmente ao valor pago de R\$697.796 para compra de 7,87% da MESA, a Cemig GT realizou adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) na Estrutura de Investimento, no montante de R\$81.000, no quarto trimestre de 2014.

Entrada da Cemig no bloco de controle da Renova

A Cemig GT celebrou, em 2013, Acordo de Investimento com a Renova Energia S.A. (“Renova”), RR Participações S.A. (“RR”), Light Energia S.A. (“Light Energia”) e Chipley SP Participações S.A. (“Chipley”). O Acordo de Investimento teve como objetivo regular a entrada da Cemig GT, direta ou indiretamente, no bloco de controle da Renova através da subscrição e integralização de novas ações ordinárias da Renova.

Constou ainda do Acordo de Investimento a estruturação da Chipley, com participação da Cemig GT e do Grupo Renova, para efetuar a aquisição prevista no Contrato de Compra e Venda de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH S.A. (“Brasil PCH”), firmado com a Petrobras, em 14 de junho 2013.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da Brasil PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. (“Jobelpa”), detentora de 2% das ações ordinárias da Brasil PCH, exerceu o seu direito de venda conjunta (“tag along”). Ao todo foram adquiridas 51% das ações ordinárias da Brasil PCH.

A aquisição da Brasil PCH foi concluída em 14 de fevereiro de 2014, com o pagamento pela Chipley do valor de R\$739.943. O aporte de recursos na Chipley para a conclusão da operação foi viabilizado através de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado integralmente pela Cemig GT.

Conforme previsto no Acordo de Investimentos, a integralização de ações da Renova foi realizada mediante a cessão integral à Renova do crédito relativo ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado pela Cemig GT na Chipley, conforme mencionado no parágrafo anterior.

O Conselho de Administração da Renova aprovou em 20 de fevereiro de 2014 a atualização do aumento de capital da Renova, constante no Acordo de Investimento, pela correção do CDI desde 31/12/2012 até 20/02/2014, resultando em R\$1.550.071 equivalentes a R\$0,0177789 por ação.

A Cemig GT realizou ainda, em 31 de março de 2014, um Adiantamento para Futuro Aumento de Capital na Renova, no valor de R\$810.128.

Dessa forma, a obrigação de investimento na Renova no valor de R\$1.414.733, valores em 31 de dezembro de 2012, foi atendida pelo Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado na Renova em 31 de março de 2014, no valor de R\$810.128, e através da cessão pela Cemig GT à Renova do crédito relativo ao Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado na Chipley, no valor de R\$739.943.

Estes recursos, no montante de R\$1.550.071, foram integralizados em 29 de setembro de 2014, quando foi celebrado novo Acordo de Acionistas no qual Cemig GT, RR e Light Energia passam a fazer parte do bloco de controle da Renova.

Em 27 de outubro de 2014, decorridos os prazos legais para o exercício do direito de preferência e da subscrição de sobras dos demais acionistas da Renova, o Conselho de Administração da Renova homologou o aumento de seu Capital Social por meio da emissão de 87.196.901 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$0,0177789 por ação, totalizando uma capitalização de R\$1.550.265, das quais 87.186.035 ações ordinárias pertencentes à Cemig GT, no valor total de R\$1.550.071.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na Renova:

Valores justos das participações adquiridas (27,37%)	
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	56.124

Contas a receber	10.478
Outros Ativos	94.239
Investimentos	204.579
Ativo Imobilizado	1.026.968
Ativo intangível	1.295.222
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(697.164)
Impostos diferidos	(440.375)
Total dos ativos líquidos	1.550.071
AFAC Chipley para aquisição das ações da Brasil PCH	739.943
AFAC Renova	810.128

Após a homologação do referido aumento de capital, a participação da CEMIG GT na Renova passou a ser de 27,37% do capital social total e 36,62% do capital social votante, conforme quadro a seguir:

RENOVA ENERGIA	AÇÕES ON		AÇÕES PN		TOTAL AÇÕES	DE CAPITAL SOCIAL TOTAL
	QUANTIDADE	%	QUANTIDADE	%		
Bloco de controle	188.309.629	79,10	-	-	188.309.629	59,12
RR Participações	50.561.797	21,24	-	-	50.561.797	15,87
Light Energia	50.561.797	21,24	-	-	50.561.797	15,87
CEMIG GT	87.186.035	36,62	-	-	87.186.035	27,38
Outros Acionistas	49.786.482	20,90	80.408.816	100,00	130.195.298	40,88
RR Participações	9.560.093	4,02	-	-	9.560.093	3,00
BNDESPAR	9.311.425	3,91	18.622.850	23,16	27.934.275	8,77
InfraBrasil	11.651.467	4,89	23.302.933	28,98	34.954.400	10,97
FIP Caixa Ambiental	5.470.293	2,30	10.940.586	13,61	16.410.879	5,15
Outros	13.793.204	5,78	27.542.447	34,25	41.335.651	12,99
Total	238.096.111	100,00	80.408.816	100,00	318.504.927	100,00

Aquisição de participação na Retiro Baixo Energética (“RBE”)

A Cemig GT concluiu, em 5 de setembro de 2014, a aquisição de 49,90% de participação no capital total da Retiro Baixo Energética S.A. (“RBE”). A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no baixo curso do rio Paraopeba (MG), que possui potência instalada de 83,7 MW e energia assegurada de 38,5 MW médios. O valor da consideração transferida relativa à participação indireta adquirida correspondeu a R\$150.837.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre a consideração transferida e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear da data da aquisição de outubro de 2014 até dezembro de 2041, data de encerramento da concessão.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na Retiro Baixo Energética S.A.:

	Valores justos das participações adquiridas (49,90%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	2.323
Contas a receber	3.419
Títulos e Valores Mobiliários	3.553
Ativo Imobilizado	192.726
Ativo Intangível	48.760
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(83.365)
Impostos diferidos	(16.579)
Total dos ativos líquidos	150.837

Na data da aquisição o valor justo dos ativos, proporcional à participação adquirida era de R\$118.656, sendo a diferença em relação ao valor justo da contraprestação transferida, no valor de R\$32.181, identificada e alocada como um direito intangível de exploração da atividade regulada.

Aquisição de participação adicional na Gasmig

Em outubro de 2014, a Cemig concluiu a aquisição relativa ao contrato celebrado com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás "Contrato de Compra e Venda de Ações" para aquisição dos 40% de participação da subsidiária Gaspetro na Companhia de Gás de Minas Gerais ("GASMIG"), previamente aprovado pelos Conselhos de Administração da CEMIG e da Petrobrás. O valor pago foi de R\$570.976, resultantes dos R\$600.000 previstos no contrato de compra e venda, atualizado pelo IGPM, descontados os dividendos pagos entre a data base e o fechamento do acordo. A aquisição foi concluída após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a anuência do poder concedente do Estado de Minas Gerais.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na GASMIG:

	Valores justos das participações adquiridas
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	106.272
Títulos e Valores Mobiliários	104.910

Contas a Receber	71.685
Estoques	5.748
Outros ativos circulantes	71.340
Outros ativos não circulantes	303.830
Ativo financeiro da concessão	659.162
Ativo intangível	1.182.153
Passivo	
Passivos circulantes	(334.913)
Provisões	(48.315)
Impostos diferidos	(311.105)
Outros passivos não circulantes	(381.659)
Participação dos minoritários	(3.953)
Total dos ativos líquidos adquiridos	1.425.155

Em 2013 a Companhia realizou as seguintes aquisições e alienação de participações societárias, com a descrição em milhares de Reais:

Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão

Em 17 de maio de 2012, celebrou-se um Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão em conjunto com a Taesa, por meio do qual foi transferida para aquela companhia, através da alienação dos ativos, a totalidade das participações acionárias detidas pela Cemig GT na EBTE (49%). Com a transferência a Taesa passou a deter 74,49% da EBTE, considerando participação de 49% cedida pela Cemig GT e participação indireta por meio da EATE de 51%, observado que a Taesa passou a deter 49,98% das ações da EATE após a transferência da mesma pela CEMIG, conforme descrito abaixo.

Neste mesmo acordo, a CEMIG transferiu para a Taesa, a totalidade das ações das empresas de transmissão de energia elétrica do Grupo TBE: ETEP (49,98%); ENTE (49,99%); ERTE (49,99%); EATE (49,98%) e ECTE (19,09%).

A alienação foi concluída em 31 de maio de 2013 e, a Taesa desembolsou pela transferência dos ativos adquiridos o valor total de R\$1.691.415, já corrigidos pela variação acumulada do CDI a partir de 31 de dezembro de 2011, descontados dividendos e/ou juros sobre o capital próprio declarados, pagos ou não.

Por conta desta transação, a Companhia registrou ganho no resultado de 2013, como demonstrado na tabela abaixo:

R\$ mil	Consolidado	Controladora
Valor recebido pelos ativos	1.691.415	1.619.987
Valor registrado dos ativos	(1.407.117)	(1.241.609)
Subtotal	284.298	378.378
Efeitos fiscais – IR e CS	(96.661)	(128.649)
Ganho não realizado na alienação	(80.684)	(80.684)

Efeito líquido no resultado do período

106.953

169.045

A diferença entre os valores consolidados e individuais deve-se aos efeitos apurados na Cemig GT, considerando que esta empresa era a acionista da EBTE.

Transferência de controle da TAESA da Cemig GT para a Cemig S.A

Em 24 de outubro de 2013 as Assembleias Gerais de Debenturistas da Cemig GT, referentes às emissões descritas a seguir, anuíram com a redução do Capital Social da Cemig GT de R\$3.296.785 para R\$893.192 em decorrência da transferência das ações de emissão da TAESA para a Cemig, esta garantidora das Debêntures emitidas pela Cemig GT, conforme anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), obtida em 14 de maio de 2013, e deliberado pela Assembleia Geral Extraordinária da Cemig GT realizada em 26 de setembro de 2013.

Por se tratar de transação entre entidades sob controle comum, a transferência foi realizada pelo custo histórico dos investimentos naquela data, sem impactos nos resultados da Cemig ou da sua controlada Cemig GT.

Aquisição de participação na Brasil PCH

Em 14 de junho de 2013, a controlada Cemig GT celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Petróleo Brasileiro S.A (“Petrobras”), para a aquisição de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH (“CCVA Brasil PCH”).

Em 8 de agosto de 2013 a Cemig GT celebrou Acordo de Investimento com Renova Energia S.A. (“Renova”), RR Participações S.A., Light Energia S.A. e Chipley, tendo como objetivo regular a entrada da Cemig GT no bloco de controle da Renova, bem como a estruturação da Chipley, sociedade com participação da Cemig GT e da Renova, com participações de 40% e 59%, respectivamente, para o qual foi cedido o CCVA Brasil PCH.

Nenhum impacto relativo a esta transação foi reconhecido nas demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

A operação de aquisição de participação da Brasil PCH estava sujeita aos direitos de preferência e de venda conjunta pelos demais acionistas da Brasil PCH. Findo o prazo estabelecido, nenhum acionista exerceu seu direito de preferência e somente a acionista Jobelpa S.A. (“Jobelpa”), detentora de 2% das ações da Brasil PCH, exercerá o seu direito de venda conjunta (“tag along”).

A transação foi concluída em 14 de fevereiro de 2014, com o pagamento pela Chipley do valor de R\$739.943 mil.

Nenhum impacto relativo a esta transação foi reconhecido nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013.

Aquisição de participação no Consórcio da Usina de Capim Branco

A Cemig Capim Branco Energia S/A, (“Cemig Capim Branco”), subsidiária integral da Cemig, concluiu em 28 de maio de 2013 a aquisição de 30,3030% de participação na Sociedade de Propósito Específico – SPE “Epícares Empreendimentos e Participações Ltda”, empresa do Grupo Paineiras, que detém 17,89% de participação no Consórcio Capim Branco Energia (“Consórcio”). Portanto, esta aquisição corresponde a uma participação adicional de 5,42% no Consórcio.

O valor da avaliação econômica referente à participação adquirida correspondeu a R\$94 milhões.

O valor da aquisição foi apurado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, sendo que a diferença entre a consideração transferida e o valor justo dos ativos foi alocada à concessão do empreendimento, tendo a geração de caixa esperada durante o período de vigência da concessão. Este intangível será amortizado de maneira linear de junho de 2013 até agosto de 2036, data de encerramento da concessão.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na Epícares Empreendimentos e Participações Ltda., classificados no balanço patrimonial consolidado como investimento em coligadas:

	Valores justos das participações adquiridas (30,30%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	200
Contas a receber	1.756
Ativo Imobilizado	55.471
Ativo intangível	56.613
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(598)
Impostos diferidos	(19.258)
Total dos ativos líquidos	94.184

Na data da aquisição o valor do patrimônio líquido contábil da participação adquirida era de R\$55.453.

c. eventos ou operações não usuais:

Não houve, nos três últimos exercícios sociais, quaisquer eventos ou operações não usuais à Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. mudanças significativas nas práticas contábeis:

Em decorrência de alteração nos pronunciamentos contábeis em vigor, a Companhia adotou novas práticas contábeis a partir de 1º de janeiro de 2012 e as aplicou, para apresentação destas demonstrações financeiras, de maneira retroativa. Estão destacadas a seguir as principais alterações com efeito nestas Demonstrações Contábeis:

CPC 33 (R1) e IAS 19 revisada – Benefícios a empregados

As modificações alteraram a contabilização dos planos de benefícios definidos e dos benefícios de rescisão. A modificação mais significativa refere-se à contabilização das alterações nas obrigações de benefícios definidos e ativos do plano no próprio ano, com a eliminação da "abordagem de corredor" permitida na versão anterior da IAS 19 e o reconhecimento antecipado dos custos de serviços passados. As modificações exigem que todos os ganhos e prejuízos atuariais sejam reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente e no Patrimônio Líquido de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

CPC 19 (R2) e IFRS 11 – Negócios em conjunto

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em Joint Ventures. A IFRS 11 aborda como um acordo de participação onde duas ou mais partes têm controle conjunto deve ser classificada. A SIC-13 Joint Ventures – Contribuições Não-Monetárias de Investidores será retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou joint ventures, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as joint ventures e as entidades controladas em conjunto devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. No critério anterior do IAS 31, permitia-se a contabilização pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de consolidação proporcional para as entidades controladas em conjunto.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Pronunciamento CPC 19 (R2) – IFRS 11 - Acordos de Participação

Em função da adoção dessa norma, por entender que seus investimentos se caracterizam como joint ventures de acordo com a norma revisada, a Companhia passou a contabilizar pelo método de equivalência patrimonial todas as suas participações em entidades onde detém o controle em conjunto, não mais utilizando o método de consolidação proporcional.

Essas alterações não geraram impacto no lucro líquido da Companhia, entretanto, impactaram as rubricas individuais da demonstração do resultado consolidado em contrapartida à rubrica de equivalência patrimonial, bem como redução nas rubricas de ativos e passivos consolidados em

contrapartida a um aumento na rubrica de investimentos, conforme demonstrado mais abaixo. Houve também impacto entre linhas nas demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado consolidadas.

Pronunciamento CPC 33(R1) – IAS 19 (revisada em 2011)

A partir do exercício de 2013, em função da adoção das alterações no CPC 33 R1 (Benefícios a empregados), a diferença entre o passivo líquido registrado no Balanço Patrimonial e o Passivo Líquido apurado no laudo atuarial será integralmente reconhecida em contrapartida ao Patrimônio Líquido da Companhia. Dessa forma, ocorreu um aumento acumulado no Patrimônio Líquido em dezembro de 2013 em função dessa nova prática contábil, no montante de R\$ 175.463, líquido dos efeitos fiscais diferidos.

O efeito decorrente da adoção da nova prática contábil de registro das obrigações atuariais com benefícios pós-emprego, efetuado de forma retrospectiva, representou uma redução no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012 no valor de R\$494.066 (R\$78.684 em 1º de janeiro de 2012).

A seguir, apresentamos um resumo dos efeitos significativos das alterações citadas acima:

01/01/2012	Consolidado				Controladora		
Balanço Patrimonial	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Critérios de Consolidação	Saldo Reapresentado	Saldo Publicado	Obrigações Pós Emprego	Saldo Reapresentado
Ativo Circulante	8.531.649	-	(2.763.846)	5.767.803	683.277	-	683.277
Ativo Não Circulante							
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.235.869	33.824	(338.255)	931.438	424.449	7.238	431.687
Investimentos	176.740	(13.025)	6.187.594	6.351.309	11.994.523	(64.635)	11.929.888
Demais Ativos Não Circulantes	27.064.625	-	(10.493.853)	16.570.772	1.362.756	-	1.362.756
Total do Ativo Não Circulante	28.477.234	20.799	(4.644.514)	23.853.519	13.781.728	(57.397)	13.724.331
Passivo Circulante	12.169.346	-	(4.070.477)	8.098.869	2.352.548	-	2.352.548
Passivo Não Circulante							
Obrigações Pós-emprego	2.186.568	99.483	(329.813)	1.956.238	96.245	21.287	117.532
Demais Passivos Não Circulante	10.908.021	-	(3.008.070)	7.899.951	271.264	-	271.264
Total do Passivo Não Circulante	13.094.589	99.483	(3.337.883)	9.856.189	367.509	21.287	388.796
Patrimônio Líquido							
Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.086.154	(78.684)	-	1.007.470	1.086.154	(78.684)	1.007.470
Demais Componentes do Patrimônio Líquido	10.658.794	-	-	10.658.794	10.658.794	-	10.658.794
Total do Patrimônio Líquido	11.744.948	(78.684)	-	11.666.264	11.744.948	(78.684)	11.666.264

31/12/2012	Consolidado				Controladora		
Balanço Patrimonial	Saldo Publicado	Obrigações Pós-Emprego	Critérios de Consolidação	Saldo Reapresentado	Saldo Publicado	Obrigações Pós Emprego	Saldo Reapresentado
Ativo Circulante	11.990.079	-	(3.186.327)	8.803.752	4.092.494	-	4.092.494
Ativo Não Circulante							
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.451.794	174.047	(321.921)	1.303.920	357.354	35.283	392.637
Investimentos	225.599	(55.852)	6.685.506	6.855.253	12.253.148	(425.581)	11.827.567
Demais Ativos Não Circulantes	27.105.489	-	(11.498.533)	15.606.956	353.350	-	353.350
Total do Ativo Não Circulante	28.782.882	118.195	(5.134.948)	23.766.129	12.963.852	(390.298)	12.573.554
Passivo Circulante	14.307.372	-	(1.509.066)	12.798.306	4.701.732	-	4.701.732
Passivo Não Circulante							
Imposto de Renda e Contribuição Social	947.870	(51.699)	(588.983)	307.188	-	-	-
Obrigações- Pós Emprego	2.229.081	663.960	(318.093)	2.574.948	101.965	103.768	205.733
Demais Passivos Não Circulante	11.244.576	-	(5.905.133)	5.339.443	208.587	-	208.587
Total do Passivo Não Circulante	14.421.527	612.261	(6.812.209)	8.221.579	310.552	103.768	414.320
Patrimônio Líquido							
Ajustes de Avaliação Patrimonial	968.945	(494.066)	-	474.879	968.945	(494.066)	474.879

Demais Componentes do Patrimônio Líquido	11.075.117	-	-	11.075.117	11.075.117	-	11.075.117
Total do Patrimônio Líquido	12.044.062	(494.066)	-	11.549.996	12.044.062	(494.066)	11.549.996

31/12/2012	Consolidado		
	Publicado	Critérios de Consolidação	Saldo Reapresentado
Demonstração de Resultado			
Receita	18.460.375	(4.323.017)	14.137.358
Custos Operacionais			
Custo com Energia Elétrica	(7.456.982)	1.891.297	(5.565.685)
Custo de Operação	(4.926.551)	797.290	(4.129.261)
Custo Total	(12.383.533)	2.688.587	(9.694.946)
Lucro Bruto	6.076.842	(1.634.430)	4.442.412
Despesa Operacional	(2.255.461)	422.320	(1.833.141)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(3.272)	868.722	865.450
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos	4.082.602	(607.880)	3.474.722
Resultado Financeiro	1.252.324	377.221	1.629.545
Resultado antes dos Impostos	5.334.926	(230.660)	5.104.266
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.063.241)	230.660	(832.581)
RESULTADO DO PERÍODO	4.271.685	-	4.271.685

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor:

Nenhuma ressalva constou do parecer dos auditores independentes em 2014, somente as ênfases descritas abaixo:

Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguara e São Simão

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 15 às demonstrações financeiras, os contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguara (“UHE Jaguara”) e São Simão (“UHE São Simão”) tiveram seus vencimentos em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente. A controlada direta Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) obteve liminares em Mandados de Segurança interpostos no Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) em 30 de agosto de 2013 e 17 de dezembro de 2014 referentes a UHE Jaguara e UHE São Simão, respectivamente. A referidas liminares asseguram que a Cemig GT permanecerá no controle da UHE Jaguara e da UHE São Simão, explorando os serviços públicos a ela concedido, até o julgamento do mérito dos processos, ou no caso da UHE São Simão, até o reexame do pleito deferido. Com base nos termos das liminares anteriormente mencionadas, a Cemig GT vem registrando as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE Jaguara, e passará, a partir de janeiro de 2015, a registrar as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE São Simão em suas demonstrações financeiras, considerando que permanece no controle das referidas usinas. As presentes decisões têm caráter preliminar não representando, ainda, as decisões do mérito das ações propostas que deverão ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Renovação das concessões de distribuição

Conforme descrito na nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras, a controlada direta Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D”) detém concessões para exploração de atividades de distribuição de energia elétrica nas regiões norte, sul, leste e oeste do estado de Minas Gerais com vencimentos determinados para fevereiro de 2016. Em 15 de outubro de 2012, a Cemig D encaminhou para a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a sua manifestação de interesse na prorrogação dos contratos de concessão

de distribuição de energia elétrica anteriormente mencionados. Em 17 de janeiro de 2014, a ANEEL enviou para a Cemig D um ofício circular informando que está analisando o requerimento de prorrogação das concessões, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação deste pedido. Até a data da aprovação destas demonstrações financeiras, os termos da prorrogação não são conhecidos pela Administração. A prorrogação dos contratos de concessão depende da decisão final pelo Poder Concedente. As demonstrações financeiras da Cemig D e consolidadas nas demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas com base no pressuposto de continuidade das operações, as quais contemplam a realização de ativos e o pagamento de obrigações e compromissos no curso normal de suas atividades. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Nenhuma ressalva constou do parecer dos auditores independentes em 2013, somente as ênfases descritas abaixo:

Reapresentação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Conforme descrito na nota explicativa 2.5 às demonstrações financeiras, em decorrência de mudança de política contábil, os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais, individuais e consolidados levantados em 31 de dezembro de 2012 e as informações contábeis correspondentes, individuais e consolidadas, relativas às demonstrações do resultado; do resultado abrangente; das mutações do patrimônio líquido; dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS quanto a avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto

Conforme descrito na nota explicativa nº. 2.1 às demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Renovação da Concessão da usina hidrelétrica de Jaguara

Conforme descrito na nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras, o contrato de concessão da usina hidrelétrica de Jaguara (“UHE Jaguara”) expirou em agosto de 2013. Em 30 de agosto de 2013 a controlada Cemig Geração e Transmissão S.A. obteve liminar no Mandado de Segurança interposto no Superior Tribunal de Justiça – STJ. A referida

liminar assegura que a Cemig Geração e Transmissão S.A. permanecerá no controle da UHE Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo. Com base nos termos da liminar, a Companhia vem registrando as receitas e os respectivos custos e despesas operacionais da UHE Jaguará, considerando que permanece no controle da referida usina. A presente decisão tem caráter preliminar não representando, ainda, a decisão do mérito da ação proposta que deverá ser objeto de análise por parte do egrégio STJ em data posterior. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ativos financeiros de concessão de transmissão

Conforme descrito na nota explicativa 12 às demonstrações financeiras, com base no previsto na Lei 12.783/13, a Companhia encaminhou informações ao Poder Concedente para que este homologue o valor a ser recebido por conta da indenização dos bens reversíveis relativos ao contrato de concessão de transmissão 006/97 formados até maio de 2000, no montante de R\$533.588 mil. A determinação do valor efetivo de indenização desses ativos, bem como as condições, forma de remuneração e prazos para seu recebimento estão pendentes de homologação pelo Poder Concedente. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)

Sem ressaltar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, chamamos atenção para o assunto descrito na nota explicativa 13 às demonstrações financeiras, referente ao registro feito pela Companhia, na forma de redução do custo de energia comprada para revenda, de repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE.

Nenhuma ressalva constou do parecer dos auditores independentes em 2012, somente as ênfases descritas abaixo.

a. Conforme descrito nas notas explicativas nº. 2.6(i) e 13, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia elétrica no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil e os ativos financeiros relacionados às atividades de distribuição de gás natural foram determinados pela Administração assumindo indenização do respectivo poder concedente, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados nas referidas notas. À medida que novas informações ou decisões dos órgãos reguladores ou dos poderes concedentes sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação dos ativos imobilizados ou a forma de realização do ativo financeiro poderão ou não ser alterados. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

b. Conforme descrito na nota explicativa nº. 1(a), a controlada em conjunto Madeira Energia S.A. e sua controlada estão incorrendo em gastos relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do ativo imobilizado dessa controlada em conjunto, incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia totaliza R\$1.452.735 mil. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em

conjunto Madeira Energia S.A., tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e registrado saldo de passivo circulante superior ao seu ativo circulante. Conforme descrito na nota explicativa 1(a), a Administração da Madeira Energia S.A. possui planos para equalizar a situação do capital circulante líquido negativo e, nesta data, a Madeira Energia S.A. depende do suporte financeiro de seus acionistas e/ou da obtenção de empréstimos com terceiros para continuar operando. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

c. Conforme descrito na nota explicativa nº. 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

d. Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 27 de março de 2012, emitimos relatório de auditoria com ressalva por limitação de escopo relacionada à necessidade de avaliação, por parte da administração, quanto a possíveis efeitos nas demonstrações financeiras decorrentes de informação preliminar da ANEEL sobre a Base de Remuneração Regulatória (BRR) da Companhia. Conforme descrito na nota explicativa nº. 16, em 05 de abril de 2012, a ANEEL homologou a BRR da Companhia com valores revisados, permitindo assim à administração a avaliação e conclusão de que não há necessidade de ajustes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012. Consequentemente, a ressalva incluída em nossa opinião relacionada com o referido assunto, emitida anteriormente não é mais necessária e, portanto, nossa nova opinião constante deste relatório não contém qualquer modificação.

Deve ser destacado que as ênfases mencionadas acima objetivam destacar assuntos relevantes já constantes das demonstrações financeiras da Companhia, não representando nenhuma divergência dos auditores em relação às práticas contábeis da Companhia.

10.5 - Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos:

A preparação das Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas

contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos a mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

Ativos Vinculados à Concessão

Atividade de distribuição – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para a atividade de distribuição de energia elétrica.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores, sendo que a parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela Aneel da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

Atividade de transmissão – Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma Receita de Construção baseado no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Uma vez que os contratos de transmissão determinam que os concessionários possuem um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente, ou em nome, do

poder concedente, para as novas concessões de transmissão, a companhia registra um ativo financeiro, durante o período da construção das linhas, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, a valor justo.

Dos valores faturados de Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo financeiro.

As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo financeiro.

Em função da aceitação dos termos de renovação das concessões de transmissão antigas, a maior parte dos ativos de transmissão das concessões antigas serão objeto de indenização pelo Poder Concedente, sendo já baixados em 31 de dezembro de 2012 e constituído um contas a receber correspondente à indenização estimada a ser recebida.

Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Para os Ativos Intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados no item “ativos vinculados à concessão” acima.

Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros – Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Recebíveis que não são individualmente

importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros – Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os Estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor.

Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida – Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Planos de benefício definido – Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados e perdas atuariais líquidas não reconhecidas e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de

reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Custo do serviço passado é a mudança no valor presente da obrigação de benefício definido, resultante de alteração ou redução (encurtamento) do plano. A entidade deve reconhecer o custo do serviço passado como despesa na data em que ocorrer primeiro uma das seguintes opções: (a) quando ocorrer a alteração do plano; e (b) quando a entidade reconhecer os custos de reestruturação correspondentes ou os benefícios rescisórios.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano e ajustada pelos ganhos e perdas atuariais não reconhecidos. Nos exercícios apresentados, exceto para o exercício de 2012, a dívida pactuada com a fundação é superior aos valores do passivo líquido. Neste caso, o valor registrado no resultado anualmente corresponde, efetivamente, aos encargos e variação monetária dessa dívida, alocado como despesa financeira da Companhia.

Outros benefícios de longo prazo a empregados – A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Contábeis sobre títulos de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

Os procedimentos mencionados anteriormente são utilizados para as obrigações atuariais com plano de saúde, seguro de vida e plano odontológico.

Benefícios de término de vínculo empregatício – Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

Benefícios de curto prazo a empregados – Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal, ou construtiva, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico venha a ser requerido para saldar a obrigação.

Contratos Onerosos – Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações da concessão. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato de concessão e o custo líquido esperado de continuar com o mesmo.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros Resultados Abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das Demonstrações Contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Receita Operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, telecomunicações e outros, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

Para as concessões de transmissão antigas, é registrado no resultado mensalmente o valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão e a remuneração do ativo financeiro.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

Instrumentos Financeiros

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda – Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda quando o propósito para o qual foi adquirido não é aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, bem como não há a intenção de manter as aplicações até o vencimento ou ainda quando não estão enquadrados nas demais categorias. A partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros das concessões de transmissão e distribuição que foram abarcados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Contábeis. A Companhia reconhece um Ativo Financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Empréstimos e recebíveis – são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão não abarcados pela Lei nº 12.783, depósitos vinculados a litígios e Revendedores – Transações com Energia Livre.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestada. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e classificados como empréstimos e recebíveis.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge – Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, exceto na circunstância descrita abaixo para contabilização de operações de hedge.

O método de contabilização dos ganhos e perdas dos derivativos está condicionado à possível classificação do derivativo como instrumento de “hedge de fluxo de caixa”. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como “hedge de fluxo de caixa” é reconhecida em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado financeiro. Os valores acumulados no patrimônio são realizados na Demonstração do Resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afetar o resultado. Para os derivativos que não são classificados como

“hedge de fluxo de caixa”, as variações de valor justo são reconhecidas como ganhos ou perdas no resultado financeiro.

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de moedas estrangeiras referentes à controlada em conjunto Transchile são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido na conta de Ajuste Acumulado de Conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. As Demonstrações Contábeis de controlada no exterior são ajustadas às práticas contábeis brasileiras e internacionais e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional local pela taxa de câmbio da data do fechamento.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras – Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Diretoria Executiva, incluindo o Diretor Presidente e o Diretor de Finanças e Relações com Investidores, é responsável por estabelecer e manter um sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis.

Os controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis incluem políticas e procedimentos que foram implementados para fornecer segurança razoável em relação: (i) a confiabilidade dos registros das informações contábeis e financeiras; (ii) a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil; (iii) o processamento de pagamentos e recebimentos de acordo com a autorização da administração; e (iv) a detecção tempestiva de aquisições inapropriadas e da alienação ou distribuição de ativos materiais. Ressaltamos que, devido às limitações inerentes aos controles internos, existe a possibilidade de que estas atividades não previnam ou detectem todas as deficiências. Adicionalmente, projeções relativas à avaliação de efetividade dos controles internos sobre a divulgação dos relatórios financeiros para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles deixem de funcionar em razão de mudanças nas condições em que operam ou de não detectarem inconformidades com as políticas e procedimentos estabelecidos.

A administração avaliou a eficácia dos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis em 31 de dezembro de 2014, com base nos critérios estabelecidos no documento *Internal Control Integrated Framework*, emitido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO (2013)*, e concluiu que, em 31 de dezembro de 2014, o sistema de controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis era efetivo.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

Não foram reportadas deficiências de controles internos que possam comprometer de forma material a confiabilidade das demonstrações financeiras.

10.7 - Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

A Companhia não realizou ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2013 e 2014.

10.8 - Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir, em milhares de Reais:

	2015	2016	2017	2018	2019	2020 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	5.290.655	2.138.523	1.700.682	1.324.324	566.856	2.487.698	13.508.738
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	1.285.538	1.295.578	1.392.447	1.338.687	1.282.997	41.416.452	48.011.699
Compra de Energia - Leilão	4.031.021	4.167.887	3.950.974	4.186.447	5.295.321	112.767.816	134.399.466
Compra de Energia - Bilaterais	308.810	266.849	274.752	288.092	301.982	1.995.950	3.436.435
Cotas Usinas Angra 1 e Angra 2	179.957	190.722	201.221	211.631	213.709	9.691.653	10.688.893
Cotas de Garantias Físicas	545.738	233.903	179.567	234.668	212.380	9.856.958	11.263.214
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	27.922	28.514	29.965	31.452	33.012	1.537.639	1.688.504
Outros contratos de compra de energia	2.720.771	2.389.386	2.916.368	3.015.725	2.748.613	43.338.162	57.129.025
Compra de gás para revenda	891.583	938.504	980.298	1.108.934	1.108.934	11.459.996	16.488.249
Concessão Onerosa	22.013	16.920	15.076	13.428	11.963	99.137	178.537
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	64.874	68.766	72.892	77.266	81.902	433.788	799.488
Arrendamentos Operacionais	63.528	19.393	20.446	21.444	3.602	-	128.413
Total	15.432.410	11.754.945	11.734.688	11.852.098	11.861.271	235.085.249	297.720.661

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia não possui outros itens não evidenciados em suas demonstrações financeiras.

10.9 - Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.8 deste Formulário de Referência, cuja natureza e montante ainda não registrados nas Demonstrações Financeiras, que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado, decorrem basicamente dos contratos futuros de compra de energia.

O impacto que tais obrigações podem ter nos resultados está demonstrado na tabela do item 10.8, para cada exercício social e será reconhecido mensalmente no resultado, de acordo com sua realização.

No caso das despesas futuras com compra e transporte de energia, a Companhia registrará, simultaneamente, uma receita operacional em função da venda dessa energia, quando será apurada uma margem de lucro em função dessas operações.

b. natureza e o propósito da operação

Os itens mencionados na tabela constante do item 10.8 que terão impacto no Balanço Patrimonial e também no resultado e cuja natureza e montante ainda não foram registrados nas Demonstrações Financeiras decorrem basicamente dos contratos futuros de compra e transporte de energia.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Os compromissos estão apresentados no item 10.8

10.10. Comentário dos diretores sobre principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) investimentos, incluindo: i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos; ii) fontes de financiamento dos investimentos; iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos

Além dos investimentos realizados pelas subsidiárias integrais da Companhia Energética de Minas Gerais, necessários para atender as exigências da ANEEL, melhorar a eficiência de sistema elétrico, atender a novos consumidores e mitigar passivos ambientais, a Companhia tem dispendido recursos na aquisição de ativos já constituídos.

Nos próximos 3 anos, a Companhia Energética de Minas Gerais deverá investir cerca de R\$ 502,0 milhões, conforme demonstrado a seguir:

Valores em R\$ milhões

Atividade	2015	2016	2017	Total
Programa Básico (1)	2,5	1,0	0,5	4,0
Cemig Holding	2,5	1,0	0,5	4,0
Aportes (2)	181,7	305,0	11,3	498,0
Total Geral (1) (2)	184,2	306,0	11,8	502,0

- (1) Valores estimados, arredondados, em moeda de junho/2014, contemplando os investimentos básicos para manter as rotinas da empresa da Companhia Energética de Minas Gerais.
- (2) A informação constante na tabela acima reflete as atuais expectativas da CEMIG. A Empresa não tem como assegurar que seu plano de investimentos será implementado conforme acima descrito, podendo sofrer mudanças ao longo de sua implementação.
- (3) A informação constante na tabela acima não inclui os desembolsos com pesquisa e desenvolvimento e com eficiência energética (tratados pelas áreas responsáveis) exigidos das empresas do setor elétrico, cujos recursos, cobrados na tarifa, são administrados em programas administrados à parte pelas empresas.
- (4) Os montantes planejados para os anos de 2015, 2016 e 2017 não incluem investimentos em aquisições e outros projetos não remunerados pela autoridade concedente, que não são reconhecidos nos cálculos de tarifas feitos pela ANEEL (Agente regulador).
- (5)

i. Fontes de financiamento dos investimentos

A Empresa espera realizar os investimentos acima descritos por meio de recursos próprios, emissão de títulos e valores mobiliários e empréstimos bancários para refinanciamento de dívidas.

A CEMIG D espera ainda obter financiamento do BNDES para obras de infraestrutura relacionadas com a Copa do Mundo de Futebol no valor de R\$ 140 milhões.

iii . Desinvestimentos relevantes

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

Gestão Tecnológica e Inovação

O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig um determinante para seu atual posicionamento no mercado.

Para alavancar sua missão, a Cemig utiliza como uma de suas ferramentas a Gestão Estratégica em Tecnologia que possui dois direcionadores; a coordenação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e o investimento em seu desenvolvimento tecnológico, incluindo aqui a consolidação de parcerias bem sucedidas.

No ano de 2012 a Companhia realizou gastos de aproximadamente R\$90 milhões referentes à Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética.

Programa de Eficiência Energética 2013/2014 – PEE/ANEEL
(Valores em R\$ milhões)

<i>Empresas</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>	<i>Total</i>
<i>Cemig Distribuição/PEE</i>	<i>48,0</i>	<i>90,0</i>	<i>138,0</i>
<i>Total</i>	<i>48,0</i>	<i>90,0</i>	<i>138,0</i>

*Valores de 2013 e 2014 em moeda corrente.
Para 2014, referem-se a expectativas que podem não se confirmar.*

Não há previsão de desinvestimentos para o ano de 2014.

b) aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

No ano de 2013, até a data de arquivamento deste Formulário de Referência, a Companhia realizou as seguintes aquisições relevantes, as quais devem influenciar materialmente sua capacidade produtiva:

- Aquisição pela Companhia de 49% das ações ordinárias da Brasil PCH
Em 14 de junho de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Petróleo Brasileiro S.A. (“PETROBRAS”), para a aquisição de 49% das ações ordinárias da BRASIL PCH (“CCVA Brasil PCH”).
- Aquisição pela EATE da participação da Orteng nas Transmineiras:
Em 17 de outubro de 2013 foi concluída a compra, pela coligada EATE, da totalidade da participação acionária detida pela Orteng no capital social das transmissoras Companhia Transleste de Transmissão, Companhia Transirapé de Transmissão e Companhia Transudeste de Transmissão (“Transmissoras”). A EATE, deste modo, passou a deter 10% do capital social de cada uma das Transmissoras.
- Aquisição de participação na Aliança Norte Energia Participações:
Em 19 de dezembro de 2013, a Companhia e a Vale negociaram pela aquisição da Companhia, de 49% de participação da futura empresa Aliança Norte Energia Participações S.A.
- Aumento de participação na Madeira Energia
Em 11 de março de 2014, o Fundo de Investimento em Participações Melbourne – FIP Melbourne, celebrou, com a Andrade Gutierrez Participações S.A., Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição de 83% do capital social total e 49% das ações com a direito a voto da SAAG Investimentos S.A.

c) novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, pois não há nenhuma pesquisa relevante de novos produtos e serviços em andamento que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

10.11 - Outros fatores de influência relevante

Todos os fatores que impactaram de forma relevante o desempenho operacional da Companhia nos exercícios sociais de 2014, 2013 e 2012 foram comentados e identificados nos itens anteriores desta seção.

ANEXO 2

Parecer dos Auditores Independentes

ANEXO 3


Companhia Energética de Minas Gerais

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2014 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Empresa e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e dos seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, até 30-04-2015.

Belo Horizonte, 26 de março de 2015.

aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Bruno Gonçalves Siqueira
Lauro Sander
Luiz Guaritá Neto
Thales de Souza Ramos Filho
Aliomar Silva Lima

ANEXO 4

PARECER DO CONSELHO FISCAL À PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, abaixo assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a Proposta do Conselho de Administração às Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, até 30-04-2015, referente à:

I) destinação do lucro líquido do exercício de 2014, no montante de R\$3.136.639 mil e do saldo de Lucros Acumulados no montante de R\$70.508 mil, conforme a seguir:

a) R\$797.317 mil sejam destinados como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia, conforme segue:

1- R\$230.000 mil na forma de Juros sobre o Capital Próprio - JCP, conforme CRCA-117/2014, de 12-12-2014, e CRD-455/2014, de 26-12-2014, a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30-06-2015 e a segunda até 30-12-2015, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 26-12-2014, cabendo a Diretoria Executiva determinar os locais e processos de pagamento e efetuar a imputação dos Juros sobre Capital Próprio ao dividendo mínimo obrigatório; e,

2- R\$567.317 mil na forma de dividendos de 2014, a serem pagos até 30-12-2015, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;

b) R\$797.317 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Dividendos obrigatórios não distribuídos para serem pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir;

c) R\$1.583.443 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2015, conforme orçamento de capital; e,

d) R\$29.070 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2014 em função dos investimentos realizados na região da Sudene; e,

II) orientação do voto favorável do(s) representante(s) da Companhia na Assembleia Geral Extraordinária da Cemig Distribuição S.A. em relação ao aumento do Capital Social da Cemig D em R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), passando de R\$2.261.997.787,64 (dois bilhões, duzentos e sessenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) para R\$2.361.997.787,64 (dois bilhões, trezentos e sessenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentos e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), através da emissão de 97.115.665 (noventa e sete milhões, cento e quinze mil, seiscentas e sessenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,0297 cada, que serão subscritas e integralizadas pela Cemig. O preço de emissão foi fixado pelo valor do patrimônio líquido da ação (art. 170, §1º, II, da Lei 6.404/1976, com redação dada pela Lei 9.457/1997). A quantidade total de ações será aumentada de 2.261.997.787 (dois bilhões, duzentos e sessenta e um milhões, novecentos e noventa e sete mil, setecentas e oitenta e sete) para 2.359.113.452 (dois bilhões, trezentos e cinquenta e nove milhões, cento e treze mil, quatrocentas e cinquenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; bem como a respectiva alteração do “caput” do artigo 5º do Estatuto Social da Cemig D, decorrente do citado aumento do Capital Social.

Após analisarem atentamente as aludidas propostas e considerando, ainda, que foram observadas as normas legais pertinentes às matérias, os membros do Conselho Fiscal opinam favoravelmente à sua aprovação por aquelas Assembleias.

Belo Horizonte, 26 de março de 2015.

aa.) Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond
Bruno Gonçalves Siqueira
Lauro Sander
Luiz Guaritá Neto
Thales de Souza Ramos Filho
Aliomar Silva Lima

ANEXO 5

Proposta de Destinação do Lucro Líquido – Exercício 2014

DEMONSTRATIVO DO CÁLCULO DOS DIVIDENDOS PROPOSTOS COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS - CEMIG

	31-12-2014 R\$ mil
Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais	
Valor Nominal das Ações Preferenciais	4.190.385
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	419.038
Valor do Patrimônio Líquido	11.280.911
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido (líquido de ações em tesouraria)	66,58%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	7.510.831
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	225.325
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	419.038
Dividendos Obrigatórios	
Lucro Líquido do Exercício	3.136.639
Dividendos ordinários – 50% do lucro	1.568.320
Imposto de Renda na Fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio	26.313
	1.594.633
Dividendos Propostos (50% dos dividendos obrigatórios previstos no estatuto ajustados pelo IR na fonte sobre o JCP)	
Juros sobre o Capital Próprio	230.000
Dividendos	567.317
	797.317
Dividendo por ação – R\$	
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	0,50
Dividendo Obrigatório	1,27
Dividendos Propostos (líquido do IRRF sobre o JSCP)	0,63

Proposta de Destinação do Lucro Líquido (nos termos do Anexo 9-1-II, da Instrução CVM - 481/2009)

1. Informar o lucro líquido do exercício.
R\$3.136.639 mil.
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados.
- **JCP no valor de R\$230.000 mil, equivalente a R\$0,182789068 por ação, declarados em 26/12/2014;**
- **Dividendos no valor de R\$567.317 mil, equivalentes a R\$0,450866721 por ação.**
3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.
25,00%.
4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.
Não houve deliberação de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:
 - a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.
Dividendos - R\$567.317 mil, sendo:
R\$ 189.708.773,20 para ON e
R\$ 377.608.226,80 para PN
 - b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.
O pagamento dos dividendos será realizado até 30-12-2015, que poderão ser antecipados, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria Executiva.
Os valores serão como segue:
Ações ON – R\$ 0,450866721 por ação
Ações PN – R\$ 0,450866721 por ação
 - c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.
Não é prevista incidência de atualização.
 - d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.
30/04/2015.
6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.
 - a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.
R\$230.000 mil.
 - b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Em duas parcelas 50% até 30/06/2015 e 50% até 30/12/2015.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.

Exercícios	2014	2013	2012	2011
Lucro Líquido (R\$)	2,49	2,88	3,42	3,54

OBS: O valor por ação é o mesmo tanto para as ações preferenciais quanto para as ordinárias

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Exercícios	2013	2012	2011
Dividendos (R\$)	0,89	1,43	1,90
JCP (R\$)	0,55	1,99	-
Total (R\$)	1,44	3,42	1,90

OBS: O valor por ação é o mesmo tanto para as ações preferenciais quanto para as ordinárias

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado à reserva legal.

A Companhia deixou de constituir em 2014 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

A Companhia deixou de constituir em 2014 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

Dividendos mínimos:

10% sobre o valor nominal das ações preferenciais ou 3% sobre a participação das ações preferenciais no Patrimônio Líquido, dos dois o maior.

Obs.: No caso de deliberação de distribuição de dividendos superiores ao mínimo, prevalece o maior.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

O lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos mínimos.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não Aplicável.

- d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.
Não Aplicável.
- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.
Não Aplicável.
10. Em relação ao dividendo obrigatório.
- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.
50% do Lucro Líquido.
- b. Informar se ele está sendo pago integralmente.
O dividendo obrigatório não está sendo pago integralmente. O montante a ser pago corresponde a 25% do dividendo obrigatório.
- c. Informar o montante eventualmente retido.
R\$ 797.317 mil.
11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.
- a. Informar o montante da retenção.
R\$797.317 mil.
- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos
Ocorreu uma redução de 60% no saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa da Companhia em função dos investimentos realizados pela Companhia no exercício de 2014 e, principalmente, pelo aumento nos custos com compra de energia, considerando o maior preço no mercado atacadista em decorrência do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas.
O Capital Circulante Líquido tem um saldo negativo de R\$3.569 milhões em 31 de dezembro de 2014, devendo ser destacado o vencimento no curto prazo de parcela do endividamento da Companhia, no valor de R\$5.291 milhões, que a Companhia está em negociações com os agentes financiadores para possibilitar a rolagem.
Também merece destaque em 2014 o aumento do endividamento, de R\$4.052 milhões, em função dos investimentos realizados pela Companhia e, principalmente, pelo aumento nos custos com compra de energia, considerando o maior preço no mercado atacadista em decorrência do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas.
- c. Justificar a retenção dos dividendos.
Tendo em vista o baixo nível dos reservatórios de energia elétrica, existe o risco de serem necessárias medidas de racionalização ou racionamento de energia no exercício de 2015, o que poderia ter efeitos sobre as receitas e o caixa da Companhia, tanto na atividade de distribuição como na atividade de geração.

Adicionalmente, é esperado um menor crescimento da atividade econômica para 2015 e ocorreram expressivos reajustes tarifários no 1º trimestre de 2015, cujos efeitos em relação aos níveis de inadimplência ainda não puderam ser mensurados. Esses fatores, de forma isolada ou combinada, podem impactar o caixa da Companhia.

As situações acima apresentadas podem comprometer a liquidez da Companhia, aumentar o custo de captação de recursos e o nível de endividamento.

Dessa forma, a Administração entende ser mais prudente, neste momento, a não destinação de parcela do dividendo obrigatório previsto para pagamento no exercício de 2015 até que possa ser feita uma melhor análise do cenário macroeconômico e para o setor elétrico em 2015 e os seus impactos no fluxo de caixa da Companhia.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.

- a. Identificar o montante destinado à reserva.
Não aplicável.
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.
Não aplicável.
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável.
Não aplicável.
- d. Justificar a constituição da reserva.
Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.
Não aplicável.
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.
Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.
Não aplicável.
- b. Identificar o montante destinado à reserva
Não aplicável.
- c. Descrever como o montante foi calculado
Não aplicável.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

a. Identificar o montante da retenção.

Não aplicável.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a. Informar o montante destinado à reserva.

R\$29.070 mil.

b. Explicar a natureza da destinação.

Referente aos incentivos fiscais obtidos em 2014 em função dos investimentos realizados na região da Sudene.

ANEXO 6

ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA ATÉ 30 DE ABRIL DE 2015

Em conformidade ao artigo 196 da Lei das Sociedades Anônima e do artigo 25, § 1, inciso IV da Instrução CVM nº 480, apresentamos para análise e posterior aprovação do encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 30 de abril de 2015, da proposta de Orçamento de Capital consolidado para o exercício de 2015, em milhares de Reais.

Aplicações:

Investimentos planejados para 2015	2.179.142
------------------------------------	-----------

Origens/Fontes de Financiamento:

Recursos próprios	1.922.569
Recursos de terceiros	256.573
	2.179.142

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria – CR

09-03-2015

ANEXO 7

Informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do FRE, relativamente aos candidatos indicados pelo acionista controlador

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Wieland Silberschneider

Idade: 54 anos

Profissão: Economista

CPF: 451.960.796-53

Data nascimento: 03-11-1960

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

a. Mini-currículo, contendo:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais

- Auditor Fiscal da Receita Estadual – Desde janeiro/2005

Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança

- Consultor de Programas – Desde janeiro/2005

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição:

- Membro suplente do Conselho de Administração desde 22/01/2015

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

a) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

b) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

c) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

a. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

b. com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

- c. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.*

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselho de Administração:

Nome: Allan Kardec de Melo Ferreira

Idade: 68 anos

Profissão: Advogado

CPF: 054.541.586-15

Data nascimento: 19-11-1946

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

- 12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:**

12.8. Fornecer:

- c. Mini-currículo, contendo:**

iii. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa;**
- **cargo e funções inerentes ao cargo;**
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).**

Grupo OI

- *Membro Conselho Fiscal – 1993 a 2014.*

PJF Consultoria Empresarial

- *Sócio – Consultor – 1993 a 2014.*

iv. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição:

- *Membro efetivo do Conselho de Administração desde 22/01/2015*

d. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

iv. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

v. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

vi. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

d) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

e) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

f) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

d. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

e. com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

não

sim - Se sim, descrever a relação:

f. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Ana Silvia Corso Matte

Idade: 56 anos

Profissão: Advogada

CPF: 263.636.150-20

Data nascimento: 30-05-1958

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

a. Mini-currículo, contendo:

v. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Light S.A.

- *Diretora de Gente – de agosto/2006 a março/2012*

Ana Silvia Matte Consultoria em Gestão Ltda

- *Diretora Executiva – Desde abril/2012*

vi. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

CSN-Cia Siderúrgica Nacional - Diretora de Recursos Humanos

Sendas S.A – Diretora de Desenvolvimento Organizacional e de Recursos Humanos

TelSul Telecomunicações – Diretora de Recursos Humanos

Light S.A. – Diretora de Gente

Cemig Telecomunicações S.A.-CEMIGTelecom – Conselheira de Administração

Renova Energia - Conselheira de Administração

Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição:

- *Membro suplente do Conselho de Administração desde 22/01/2015*

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

vii. qualquer condenação criminal;

X não

- sim - Se sim, descrever:*

viii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

- sim - Se sim, descrever:*

ix. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

- sim - Se sim, descrever:*

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

g) outro(s) administrador(es) da Cemig

Não

sim - Se sim, descrever a relação:

h) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

Não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

i) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

Não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

g. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

Não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

h. com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

Não

sim - Se sim, descrever a relação:

i. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

Não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Antônio Dirceu Araújo Xavier

Idade: 71 anos

Profissão: Advogado

CPF: 068.412.446-72

Data nascimento: 26-08-1943

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

a. Mini-currículo, contendo:

vii. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Dirceu Xavier Advogados

- Advogado – Desde 2001

viii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Chefe da Procuradoria Jurídica

Companhia Mineradora de Minas Gerais-COMIG – Assessor da Presidência

Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição:

- Membro suplente do Conselho de Administração desde 22/01/2015

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

x. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

xi. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

xii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

j) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

k) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

l) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

j. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

k. com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

l. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz

Idade: 48 anos

Profissão: Eletricitário

CPF: 539.109.746-00

Data nascimento: 26-03-1966

Cargo eletivo: Membro efetivo

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Empregado cedido.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

c. Mini-currículo, contendo:

ix. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Técnico Administrativo da Cemig Distribuição S.A.

Membro titular do Comitê do Prosaúde da Forluz (de 2006 a 2010).

Técnico Administrativo da Cemig Distribuição S.A.

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2009.

x. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro Efetivo do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A..

d. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

xiii. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

xiv. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

xv. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

m) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

n) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

o) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

m. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

X sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

Técnico Administrativo da Cemig Distribuição S.A.

n. com o Estado de Minas Gerais;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

o. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Bruno Westin Prado Soares Leal

Idade: 31 anos

Profissão: Servidor Público Federal

CPF: 055.230.506-52

Data nascimento: 10-09-1983

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

e. Mini-currículo, contendo:

xi. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Fazenda

- Analista de Finanças e Controle – Desde maio/2009

Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear

- Conselheiro Fiscal – Desde maio/2012

xii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição:

- Membro suplente do Conselho de Administração desde 22/01/2015

f. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

xvi. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

xvii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

xviii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

p) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

q) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

r) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

p. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

q. com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

r. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Carlos Fernando da Silveira Vianna

Idade: 58 anos

Profissão: Engenheiro Mecânico

CPF: 319.830.656-68

Data nascimento: 23-11-1956

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

g. Mini-currículo, contendo:

xiii. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – desde 01-04-1980

- Gerente do Departamento de Tecnologia e Meio Ambiente –2006 a 2010
- Assessoria de Inovação da Presidência – Desde 2011

xiv. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição:

- Membro suplente do Conselho de Administração desde 22/01/2015

h. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

xix. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

xx. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

xxi. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

s) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

t) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

u) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

s. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

t. com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

u. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Franklin Moreira Gonçalves

Idade: 44 anos

Profissão: Tecnólogo em Processamento de Dados

CPF: 754.988.556-72

Data nascimento: 12-10-1970

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Empregado cedido.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

i. Mini-curriculo, contendo:

xv. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

*Técnico de Operação do Sistema na Cemig Distribuição S.A.;
Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, desde 2003; e da Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.*

*Membro do Conselho de Administração das Empresas do "Grupo TBE":
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE; Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. – ERTE; e, Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. – ENTE (desde 12-09-2011).*

xvi. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro Suplente do Conselho de Administração da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A., e Cemig Geração e Transmissão S.A..

j. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

xxii. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

xxiii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

xxiv. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

v) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

w) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

x) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

v. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

X sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

Técnico de Operação do Sistema na Cemig Distribuição S.A..

w. com o Estado de Minas Gerais;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

x. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, Cemig D e Cemig GT, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Helvécio Miranda Magalhães

Idade: 51 anos

Profissão: Médico

CPF: 561.966.446-53

Data nascimento: 28-05-1963

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

k. Mini-currículo, contendo:

xvii. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Prefeitura de Belo Horizonte

- Secretário Municipal de Orçamento, Planejamento e Informação – 2009 a 2010.

Ministério da Saúde

- Secretário de Atenção à Saúde – 2011 a 2014.

xviii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição:

- Membro efetivo do Conselho de Administração desde 22/01/2015

l. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

xxv. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

xxvi. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

xxvii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

y) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

z) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

aa) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

y. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

z. com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

aa. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: José Afonso Bicalho Beltrão da Silva

Idade: 66 anos

Profissão: Economista

CPF:

Data nascimento: 05-10-1948

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

m. Mini-currículo, contendo:

xix. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Prefeitura de Belo Horizonte

- Secretário de Finanças – janeiro/2006 a julho/2012.

PBH Ativos S/A

- Presidente – março/2009 a julho/2014.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- Assessor – abril/2013 a dezembro/2014.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

- Assessor – abril/2013 a dezembro/2014.

xx. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Presidente do Banco do Estado de Minas Gerais – BEMGE

Presidente do Banco de Crédito Real de Minas Gerais – CREDIREAL

Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição:

- *Membro efetivo do Conselho de Administração desde 22/01/2015*

n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

xxviii. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

xxix. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

xxx. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

bb) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

cc) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

dd) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

bb. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

cc. com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

dd. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Luiz Guilherme Piva

Idade: 52 anos

Profissão: Economista

CPF: 454.442.936-68

Data nascimento: 02-06-1962

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

o. Mini-currículo, contendo:

xxi. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

LCA Consultores

- *Diretor de Investimentos e Finanças Corporativas – 2007 a 2012*

Angra Partners

- *Diretor de Investimentos – 2012 a 2013*

Itatiaia Móveis

- *CEO – 2013 a 2014*

Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais – BDMG – Desde julho 2014

- *Assessor da Presidência para Operações Estruturadas e Mercado e Capitais*

xxii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição:

- *Membro suplente do Conselho de Administração desde 22/01/2015*

p. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

xxxi. qualquer condenação criminal;

X não

- sim - Se sim, descrever:*

xxxii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

- sim - Se sim, descrever:*

xxxiii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

- sim - Se sim, descrever:*

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

ee) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

ff) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

gg) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

ee. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

ff. com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

não

sim - Se sim, descrever a relação:

gg. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Marco Antônio de Rezende Teixeira

Idade: 58 anos

Profissão: Advogado

CPF: 371.515.926-04

Data nascimento: 23-09-1956

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

q. Mini-currículo, contendo:

xxiii. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa;**
- **cargo e funções inerentes ao cargo;**
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).**

Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU

- *Advogado – Desde junho/1983 (cedido ao Município de Belo Horizonte desde 1993).*

Município de Belo Horizonte

- *Procurador Geral – 1997 a 2012.*

Rezende Teixeira Sociedade de Advogados

- *Sócio Gerente – Desde 2012*

xxiv. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição:

- *Membro efetivo do Conselho de Administração desde 22/01/2015*

r. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

xxxiv. qualquer condenação criminal;

X não

- sim - Se sim, descrever:*

xxxv. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

- sim - Se sim, descrever:*

xxxvi. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

hh) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

ii) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

jj) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

hh. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

ii. com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

jj. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Marco Antonio Soares da Cunha Castello Branco

Idade:

Profissão: Engenheiro Metalurgista

CPF: 371.150.576-72

Data nascimento:

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

s. Mini-currículo, contendo:

xxv. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S. A.

- Diretor Presidente – 2008 a 2010.

HYDAC Tecnologia do Brasi Ltda.

- Membro do Conselho Consultivo – Desde 2010.

Diferencial Energia Participações S. A..

- Membro do Conselho de Administração – Desde 2011.

xxvi. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Diferencial Energia Participações S. A. – Membro do Conselho de Administração

Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S. A. – Diretor Presidente

TERNIUM S. A. – Membro do Conselho de Administração

Vallourec S.A. – Diretor Estatutário

VALLOUREC S.A. (Boulogne-Billancourt/França) – Membro do Comitê Executivo

V&M FRANCE S.A.S. (Boulogne-Billancourt/França) – Diretor Presidente

V&M DEUTSCHLAND (Düsseldorf/Alemanha) – Diretor Presidente

V&M do BRASIL S.A. (Belo Horizonte/Brasil) – Pres. do Conselho Administração

V&M CORPORATION (Houston/USA) – Membro do Conselho de Administração

HÜTTENWERK KUPP MANNESMANN (Duisburg/Alemanha) – Membro do Cons. Administração

VALLOUREC & MANNESMANN do BRASIL – Diretor Presidente e Presidente do Conselho de Administração

MANNESMANN S. A. – Diretor Comercial

Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição:

- *Membro efetivo do Conselho de Administração desde 22/01/2015*

t. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

xxxvii. qualquer condenação criminal;

X não

- sim - Se sim, descrever:*

xxxviii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

- sim - Se sim, descrever:*

xxxix. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

- sim - Se sim, descrever:*

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

kk)outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

- sim - Se sim, descrever a relação:*

ll) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

mm) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

kk. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

ll. com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

não

sim - Se sim, descrever a relação:

mm. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Mauro Borges Lemos

Idade:

Profissão: Economista

CPF: 316.720.516-49

Data nascimento:

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

u. Mini-currículo, contendo:

xxvii. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

- *Professor Titular – Desde 1980.*

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI

- *Presidente – Desde 2011.*

Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior – 2013 a 2014.

- *Ministro – Desde fevereiro/2014.*

xxviii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição:

- *Membro efetivo do Conselho de Administração desde 22/01/2015*

v. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

xl. qualquer condenação criminal;

X não

- sim - Se sim, descrever:*

xli. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

- sim - Se sim, descrever:*

xlii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

- sim - Se sim, descrever:*

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

nn) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

oo) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

pp) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

nn. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

oo. com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

pp. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Nelson José Hubner Moreira

Idade: 60 anos

Profissão: Engenheiro Eletricista

CPF: 443.875.207-87

Data nascimento: 16-03-1954

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

w. Mini-currículo, contendo:

xxix. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

- *Diretor Geral – 2009 a 2013.*

xxx. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição:

- *Membro efetivo do Conselho de Administração desde 22/01/2015*

x. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

xliii. qualquer condenação criminal;

X não

- sim - Se sim, descrever:*

xliv. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

- sim - Se sim, descrever:*

xlv. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

- sim - Se sim, descrever:*

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

qq) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

rr) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

ss) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

qq. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

rr. com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

ss. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Ricardo Wagner Righi de Toledo

Idade: 57 anos

Profissão: Administrador

CPF: 299.492.466-87

Data nascimento: 01-09-1957

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

y. Mini-currículo, contendo:

xxxi. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Usiminas S.A.

- Diretor de Planejamento Estratégico, Fusões & Aquisições e Alianças Estratégicas – 2008 a 2011

Innovare Consultoria Ltda Economista

- Consultor Independente – Desde 2012

xxxii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Banco Simples S.A. – Principal executivo

Banco Benge S.A. – Superintendente

Banco Itaú S.A. – Superintendente

Banco Itaú-Banestado S.A. – Diretor

Banco Bonsucesso S.A. – Diretor e Vice-Presidente

Usiminas S.A. – Diretor

Mineração Usiminas S.A. – Membro do Conselho de Administração

Soluções Usiminas S.A. – Membro do Conselho de Administração

Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição:

- Membro suplente do Conselho de Administração desde 22/01/2015

z. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

xlvi. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

xlvii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

xlviii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

tt) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

uu) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

vv) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

tt. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

uu. com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

vv. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

X sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s): A Usiminas é cliente corporativo da Cemig

12.6. Informações sobre o Conselheiro de Administração:

Nome: Samy Kopit Moscovitch

Idade: 53 anos

Profissão: Advogado

CPF: 432.564.816-04

Data nascimento: 09-01-1962

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

12.8. Fornecer:

aa. **Mini-currículo, contendo:**

xxxiii. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. - Assessor de Diretoria. (abril/2010 a janeiro/2015)

xxxiv. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

bb. **descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:**

xlix. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

l. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

li. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

ww) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

xx) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

yy) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

ww. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

xx. com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

yy. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Aliomar Silva Lima

Idade: 61 anos

Profissão: Economista

CPF: 131.654.456-72

Data nascimento: 07-10-1953

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A., da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG, da Cemig Telecomunicações S.A. - CemigTelecom, e Redentor Energia S.A..

Membro Suplente do Conselho Fiscal da Light S.A..

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A..

Membro Suplente do Conselho Fiscal da Light S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

lii. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

liii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

liv. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

zz) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

aaa) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

bbb) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

zz. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

aaa. com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

bbb. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Ari Barcelos da Silva

Idade: 73 anos

Profissão: Administrador de Empresas

CPF: 006.124.137-72

Data nascimento: 03-03-1942

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

Assessor do presidente de Furnas Centrais Elétricas S.A., para assuntos de controle interno e auditoria. – março/2011 a fevereiro/2013.

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A..

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS

Maio de 1985 a Outubro de 1990

- Assistente da Diretoria Econômica-Financeira
- Presidente da Fundação ELETROBRÁS de Seguridade Social-ELETROS

Maio de 1974 a Abril de 1985

- Chefe do Departamento de Contabilidade

Junho de 1966 a Abril de 1971

- Adjunto do Contador Geral da empresa.

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

lv. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

lvi. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

lvii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

ccc) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

ddd) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

eee) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:
ccc. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

ddd. com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

eee. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Aristóteles Luiz Menezes Vasconcellos Drummond

Idade: 70 anos

Profissão: Jornalista

CPF: 026.939.257-20

Data nascimento: 22-11-1944

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

Presidente do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 1995, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética do Amazonas-CEAM, do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.-CEMAT e do Conselho Fiscal da Light S.A., desde 2006.FIM...

Titular da empresa Irad Assessoria e Consultoria Ltda., nas áreas da administração e da comunicação social, com ênfase para a coordenação de verbas de publicidade, promoção e marketing para grandes empresas, desde 1973.

Escreve nas revistas FOCO e Encontro, Jornal Diário do Comércio (SP), o Dia (RJ), Hoje em Dia (BH), Jornal do Comércio (Manaus), dentre outros.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Diretor de Administração da Light S.A. – 1987 a 1996

Presidemte do COGE – Comitê de Gestão Empresarial. – 1996 a 2003

Membro do Conselho de Administração das Centrais Elétricas do Norte S.A. – Eletronorte – 1996 a 2003.

Membro do Conselho de Administração da Companhia Energética do Amazonas-CEAM, do Conselho de Administração da Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.-CEMAT e do Conselho Fiscal da Light S.A., desde 2006.

Presidente do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 1995, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

lviii. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

lix. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

lx. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

fff) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

ggg) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

hhh) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:
fff. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

ggg. com o Estado de Minas Gerais e a AGC Energia S.A. (empresa do grupo Andrade Gutierrez);

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

hhh. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Bruno Gonçalves Siqueira

Idade: 29 anos

Profissão: Contabilista/Economista

CPF: 075.851.006-39

Data nascimento: 07-07-1985

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Não.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

AngloGold Ashanti Brasil Mineração Ltda.

Analista Contábil das áreas de Controladoria e Contabilidade -(09/2007 a 06/2010)

Atividades: Elaboração e consolidação das demonstrações contábeis da companhia e de controladas em BRGaap, IFRS e USGaap, implementação das novas regras brasileiras (CPC), responsável pela auditoria da Lei Sarbanes-Oxley, contato direto com a matriz para esclarecimento e detalhamento das informações financeiras, reporting, elaboração do orçamento anual, e atendimento às auditorias externa e interna.

Andrade Gutierrez Concessões S.A.

Analista de Controladoria - (desde 06/2010)

Atividades: Elaboração e consolidação das demonstrações contábeis da companhia, implementação das novas regras brasileiras (CPC), atendimento às auditorias externa e interna, recolhimento e pagamento de tributos, elaboração das obrigações tributárias acessórias, controle do contas a pagar e contas a receber, preparação dos Formulário de Referência e Cadastral da Cia., e participação em elaboração de estruturas societárias para aquisição de novos investimentos da Companhia.

Outras funções exercidas no Grupo Andrade Gutierrez:

Membro do Conselho de Administração da Water Port S.A. Engenharia e Saneamento - (desde 02/01/2013);

Membro suplente do Conselho Fiscal da Contax Participações S.A. - (desde 11/04/2012);

Membro suplente do Conselho de Administração da Oi S.A. - (desde 18-04-2012);

Membro suplente do Conselho de Administração da Contax Participações S.A. - (de 19-08-2011 até 11-04-2012);

Membro suplente do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.;

Membro suplente do Conselho de Administração da CTX Participações S.A. - (desde 29-11-2013);

Membro suplente do Conselho de Administração da Telemar Participações S.A. - (desde 29-11-2013).

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro suplente do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

Membro suplente do Conselho Fiscal da Contax Participações S.A. - (desde 11-04-2012);

Membro suplente do Conselho de Administração da Oi S.A. - (desde 18-04-2012);

Membro suplente do Conselho de Administração da Contax Participações S.A. (de 19-08-2011 até 11-04-2012);

Membro suplente do Conselho de Administração da CTX Participações S.A. - (desde 29-11-2013);

Membro suplente do Conselho de Administração da Telemar Participações S.A. - (desde 29-11-2013).

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

lxi. qualquer condenação criminal;

não

sim - Se sim, descrever:

lxii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

lxiii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

iii) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

jjj) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

kkk) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

iii. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

jjj. com o Estado de Minas Gerais;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

kkk. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

X sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

A Construtora Andrade Gutierrez S.A, que presta serviços para empresas do Grupo Cemig, participa do Grupo Andrade Gutierrez, do qual a AGC Energia S.A. participa. Ambas as empresas são controladas pela Andrade Gutierrez S.A.. Entretanto, não existe relação de subordinação entre os membros dos Conselhos de Administração da CEMIG indicados pela AGC Energia S.A. e a Construtora Andrade Gutierrez S.A.

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Lauro Sander

Idade: 62

Profissão: Bancário

CPF: 130.841.600-82

Data nascimento: 17-02-1953

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Não, pelos Preferencialistas.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Fornecer:

cc. Mini-currículo, contendo:

xxxv. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – CELESC - (de 01-05-2009 a 30-04-2010);

Membro do Conselho de Administração da Bombril S.A. - (de 01-04-2010 a 30-04-2012)

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A. – (desde abril/2013).

xxxvi. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Membro do Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - CELESC.

Membro do Conselho de Administração da Bombril S.A..

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A..

dd. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

lxiv. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

lxv. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

lxvi. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

III) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

mmm) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

nnn) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

III. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

mmm. com o Estado de Minas Gerais;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

nnn. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Luiz Guaritá Neto

Idade: 59 anos

Profissão: engenheiro e empresário

CPF: 289.118.816-00

Data nascimento: 21-04-1955

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa**
- **cargo e funções inerentes ao cargo**
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor**

Vice-presidente da Associação dos Municípios – ABM e Presidente da Associação Macrorregional dos Municípios do Sul do Triângulo Mineiro – AMTRIM.

Membro do Conselho Estadual de Habitação.

Presidente do Centro Operacional de Desenvolvimento e Saneamento de Uberaba - CODAU.

Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 2003, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

Membro do Conselho Administrativo do Shopping Center Uberaba, desde 2009.

Sócio Diretor da Construtora RCG Ltda., desde 2000.

Sócio Diretor da Cat's Hotelaria e Empreendimentos Ltda., desde 1986.

Sócio Diretor da Guaritá e Guaritá Participações Ltda., desde 2006.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro Efetivo do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais desde 2003, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

lxvii. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

lxviii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

não

sim - Se sim, descrever:

lxix. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

ooo) outro(s) administrador(es) da Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação:

ppp) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

qqq) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

ooo. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

ppp. com o Estado de Minas Gerais;

não

sim - Se sim, descrever a relação:

qqq. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Marcus Eolo de Lamounier Bicalho

Idade: 73 anos

Profissão: economista

CPF: 001.909.696-87

Data nascimento: 16-09-1941

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

Chefe de Gabinete da Secretaria de Transporte e Obras Públicas. - março/2007 a janeiro/2011.

Assessor da Presidência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, empresa pública voltada para o financiamento e fomento da economia do Estado de Minas Gerais. - desde abril/2011.

Membro do Conselho Fiscal da Cemig desde 2003, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro do Conselho Fiscal da Cemig desde 2003, e da Cemig Distribuição S.A. e da Cemig Geração e Transmissão S.A., desde 2004.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

lxx. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

lxxi. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

lxxii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

rrr) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

sss) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

ttt) administrador (es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação: rrr. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

sss. com o Estado de Minas Gerais;

não

X sim - Se sim, descrever a relação:

Chefe de Gabinete da Secretaria de Transporte e Obras Públicas do Estado de Minas Gerais. - março/2007 a janeiro/2011.

Aposentado da Secretaria da Fazenda – Analista Fiscal da Receita

Estadual

ttt. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Rafael Pinto Queiroz Neto

Idade: 34 anos

Profissão: Contador

CPF: 012.372.526-79

Data nascimento: 09-03-1981

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.
Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Não.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa
- cargo e funções inerentes ao cargo
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

Grupo Andrade Gutierrez S.A..

Coordenador Contábil – Coordenador contábil da Construtora Andrade Gutierrez S.A. e outras empresas do Grupo Andrade Gutierrez S.A.. – desde 07-08-2006.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

lxxiii. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

lxxiv. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

lxxv. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

uuu) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

vvv) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

www) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

uuu. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

vvv.com o Estado de Minas Gerais;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

www. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Salvador José Cardoso de Siqueira

Idade: 62

Profissão: Bancário e Economista

CPF: 302.074.607-87

Data nascimento: 06-08-1952

Cargo eletivo: Membro Suplente

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Não, pelos Preferencialistas.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Fornecer:

ee. Mini-currículo, contendo:

xxxvii. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- nome da empresa;
- cargo e funções inerentes ao cargo;
- atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) as empresas Cemig, ou (ii) de seus sócios com participação, direta ou indireta, de pelo menos 5% (ON ou PN).

Conselheiro de Administração do Brazilian American Merchant Bank – BAMB. - (de 01-11-2005 a 31-08-2008);

Diretor-Presidente do Brazilian American Merchant Bank – BAMB. - (de 01-11-2005 a 30-04-2011);

Presidente do Conselho Fiscal da BB Tur. - (de 01-08-2008 a 31-05-2011);

Presidente do Conselho Fiscal da BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil. - (de 01-04-2011 a 30-04-2012);

Conselheiro de Administração do BB Ativo S.A. - (de 01-09-2008 a 30-04-2011);

Diretor-Presidente do BB Leasing Company. - (de 01-08-2008 a 30-04-2011);

Gerente Executivo do Banco do Brasil S.A. - (de 01-11-2005 a 30-04-2011);

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A.– (desde abril-2013).

xxxviii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas.

Gerente Executivo do Banco do Brasil S.A..

Membro do Conselho Fiscal da Cemig, Cemig Distribuição S.A., Cemig Geração e Transmissão S.A.– (desde abril-2013).

ff. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenha ocorrido nos últimos 5 anos:

lxxvi. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

lxxvii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

lxxviii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

- xxx) **outro(s) administrador(es) da Cemig**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação:
- yyy) **administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig**
 não
 sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:
- zzz) **administrador(es) do Estado de Minas Gerais**
 não
 sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação: xxx.com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

- não
 sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

yyy.com o Estado de Minas Gerais;

- não
 sim - Se sim, descrever a relação:

zzz.e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

- não
 sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

12.6. Informações sobre o Conselheiro Fiscal:

Nome: Thales de Souza Ramos Filho

Idade: 75 anos

Profissão: médico

CPF: 003.734.436-68

Data nascimento: 22-03-1940

Cargo eletivo: Membro Efetivo

Data de eleição: 30-04-2015

Data da posse: 30-04-2015

Prazo do mandato: até a Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 2016.

Outros cargos ou funções exercidos na Companhia: Não.

Indicação se foi eleito pelo controlador ou não: Sim.

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários:

Não ocupa outro cargo.

12.8. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- **nome da empresa**
- **cargo e funções inerentes ao cargo**
- **atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor**

É membro do Conselho Fiscal da Cemig, desde 2003; e, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A. desde 2004.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

Membro do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais, Cemig Distribuição S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A..

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

lxxix. qualquer condenação criminal;

X não

sim - Se sim, descrever:

lxxx. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas;

X não

sim - Se sim, descrever:

lxxxi. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer.

X não

sim - Se sim, descrever:

12.9. Informar se possui relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau com:

aaaa) outro(s) administrador(es) da Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

bbbb) administrador(es) de controlada(s), direta ou indiretamente pela Cemig

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a empresa controlada:

cccc) administrador(es) do Estado de Minas Gerais

X não

sim - Se sim, descrever:

12.10. Informar se, em 2011, 2012, 2013 e/ou 2014 manteve relação de subordinação:

aaaa. com sociedade(s) controlada(s), direta ou indiretamente, pela Cemig;

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

bbbb. com o Estado de Minas Gerais;

X não

sim - Se sim, descrever a relação:

cccc. e, caso seja relevante, com fornecedor, cliente, devedor ou credor da Cemig, de suas controladas, do Estado de Minas Gerais, controladoras ou controladas de algum destes.

X não

sim - Se sim, descrever a relação e a(s) sociedade(s):

ANEXO 8

Informações indicadas no item 13 do FRE Remuneração dos administradores

13.1 Política/prática de remuneração

a. objetivos da política ou prática de remuneração

O principal objetivo da política de remuneração da Companhia é estabelecer um sistema de remuneração da administração que auxilie no alinhamento dos interesses dos administradores com os dos acionistas.

Conforme determina o Estatuto Social, o montante global ou individual da remuneração das Diretorias, do Conselho de Administração e Comitês, bem como do Conselho Fiscal, é definido pela Assembleia Geral.

Serão submetidos à aprovação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Cemig, a serem realizadas em 2015 (a proposta de remuneração se refere ao período de maio de 2015 a abril de 2016), os seguintes critérios para pagamento de honorários da Diretoria Executiva e Conselheiros de Administração e Fiscal, mantendo os demais itens: seguro saúde para os Diretores, a ser contratado no mesmo padrão do Plano de Saúde vigente para os empregados da Companhia. Os honorários mensais ao Diretor Presidente passarão a ter o valor de R\$ 44.270,69 (quarenta e quatro mil duzentos e setenta reais e sessenta e nove centavos) e aos demais Diretores, individualmente, o valor de R\$ 37.946,30 (trinta e sete mil novecentos e quarenta e seis reais e trinta centavos), corrigindo-se, em consequência, na mesma proporção, os valores percebidos pelos Diretores a título de licenças remuneradas, gratificações e demais benefícios.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

a) Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração da Companhia recebem remuneração dividida em uma parte fixa, composta por salário ou pró-labore e benefícios diretos, e uma parte variável, composta por valor equivalente a participações em reuniões.

Será submetida à aprovação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Cemig, a serem realizadas em 2015 (a proposta de remuneração se refere ao período de maio de 2015 a abril de 2016), a manutenção dos critérios definidos nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizadas, cumulativamente, em 27 de abril de 2012, nas quais foi fixado como valor mensal de remuneração de cada membro do Conselho de Administração, excluídos os Conselheiros efetivos e suplentes que exerçam o cargo de diretores e observada a condição relativa ao pagamento de jeton abaixo mencionada, o equivalente a 20% da remuneração mensal que, em média, percebe um Diretor da Companhia, ou seja, R\$ 7.704,25

(sete mil setecentos e quatro reais e vinte e cinco centavos), sendo os membros suplentes remunerados apenas quando em substituição aos membros efetivos.

Desse valor, 50% equivalem ao salário ou pró-labore, que é pago apenas aos membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia. Os demais 50% equivalem à remuneração por participação em reuniões, sendo representados por jetons pagos ao Conselheiro efetivo ou ao suplente que o substitui durante as reuniões. Caso haja mais de uma reunião no mês, o jeton é dividido proporcionalmente ao número de reuniões realizadas, e pago ao Conselheiro efetivo ou ao suplente que o tenha substituído; caso não haja reunião no mês, o Conselheiro efetivo receberá o montante total da remuneração mensal; caso haja reunião no mês e nela não compareçam nem o Conselheiro efetivo nem o seu suplente, a parcela relativa ao jeton não é paga, recebendo o Conselheiro efetivo apenas o valor equivalente ao seu pró-labore.

Os outros componentes da remuneração dos Conselheiros de Administração são a contribuição da empresa ao INSS sobre o salário e participação em reuniões. Como benefícios diretos, a Companhia oferece aos membros do Conselho de Administração residentes em outros municípios que não o da sede social da Companhia o reembolso das despesas de locomoção e estadia necessárias ao comparecimento às reuniões e ao desempenho de suas funções, bem como, a título de ajuda de custo, o equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração total mensal de Conselheiro, por reunião a que comparecerem. Além disso, a Companhia concede aos membros do Conselho de Administração a inscrição em Apólice do Seguro de Vida em Grupo de forma opcional, sendo custeado totalmente pela Companhia, bem como a participação em Plano de Previdência Privada (Pós Emprego), de forma opcional, parcialmente custeada pelo próprio Conselheiro e parcialmente custeada pela Companhia, em iguais proporções.

A remuneração fixa (doze remunerações mensais) e outros componentes da remuneração (INSS contribuição empresa) visam a recompensar os membros do Conselho de Administração pelo tempo dedicado ao desempenho de suas funções e por suas contribuições à empresa, estabelecida a partir da avaliação de seus deveres e responsabilidades, possibilitando, também, em contrapartida, a cobrança de desempenho de cada um dos seus membros, por parte do presidente do Conselho de Administração.

A remuneração por participação em reuniões objetiva motivar o comparecimento dos membros às reuniões convocadas, contribuindo para uma participação efetiva na condução dos negócios e o efetivo desempenho de suas funções.

b) Diretoria Executiva

Os diretores da CEMIG recebem uma remuneração fixa, composta por salário ou pró-labore e benefícios diretos, e uma remuneração variável, representada por uma participação nos resultados da Companhia.

Conforme determina o Estatuto Social da Companhia, o montante global ou individual da remuneração da Diretoria Executiva, inclusive benefícios de qualquer natureza, é definido pela Assembleia Geral de acordo com legislação vigente. Os Diretores também possuem direito a uma licença anual, por prazo não superior a 30 (trinta) dias e de forma não cumulativa, durante a qual possuem direito a uma remuneração equivalente à sua remuneração mensal acrescida de um terço.

A Companhia concede a seus Diretores os seguintes benefícios diretos: (i) mensalmente, no dia 25 de cada mês ou no primeiro dia útil anterior, valor equivalente ao vale-refeição estabelecido para os empregados em Acordo Coletivo de Trabalho, relativos ao mês subsequente, na forma eletrônica, com base na coparticipação conforme as faixas salariais; (ii) inscrição em apólice do seguro de vida em grupo de forma opcional, sendo custeado totalmente pela Companhia; (iii) cobertura de plano de saúde e plano odontológico, de forma opcional, sendo custeado totalmente pela Companhia (no caso de dependentes especiais, o valor é custeado totalmente pelo Diretor). Além disso, a Companhia concede aos Diretores a participação em plano de previdência privada (Pós Emprego), de forma opcional, parcialmente custeada pelo próprio Diretor e parcialmente custeada pela Companhia, em iguais proporções.

Outros componentes da remuneração dos Diretores são uma gratificação anual no valor do salário mensal, pagamentos referentes às licenças remuneradas, contribuição da empresa ao INSS e recolhimento de FGTS sobre o salário e participação de resultados recebidos.

A remuneração variável para a Diretoria consiste em participação nos resultados, sendo paga duas vezes ao ano: uma seguindo os mesmos critérios estabelecidos em Acordo Coletivo Específico da Companhia e outra sendo paga na forma de adiantamento, considerando os resultados da Companhia, havendo no ano subsequente apuração de metas estabelecidas pelo Conselho de Administração.

O salário ou pró-labore da Diretoria visa a recompensar o tempo dedicado ao desempenho de suas funções e as suas contribuições extraordinárias à empresa, sendo estabelecido a partir da avaliação de seus deveres e responsabilidades e do valor de seus serviços no mercado.

A concessão de benefícios diretos tem por finalidade tornar mais atraente o pacote de remuneração, complementando os honorários e os benefícios legais dos Diretores, funcionando como uma ferramenta de estratégia motivacional em relação aos Administradores, uma vez que sobre o valor pago não incidirão os encargos sociais que tanto oneram a contratação.

A participação nos resultados objetiva motivar os membros da Diretoria Executiva a uma participação efetiva na condução dos negócios, por meio de uma retribuição atrelada ao desempenho da organização.

A Companhia concede a seus Diretores, por liberalidade, o recolhimento mensal de contribuição ao FGTS.

c) Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal recebem apenas uma remuneração fixa, composta por salário ou pró-labore e benefícios diretos.

Será submetida à aprovação das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Cemig, a serem realizadas em 2015 (a proposta de remuneração se refere ao período de maio de 2015 a abril de 2016), a manutenção dos critérios de remuneração dos membros do Conselho Fiscal fixada a 10% (dez por cento) da que, em média, é atribuída a cada Diretor, ou seja, R\$ 3.852,12 (três mil oitocentos e cinquenta e dois reais e doze centavos), bem como que a remuneração mensal de cada membro suplente do Conselho Fiscal seja equivalente a 80% (oitenta por cento) da remuneração mensal do membro efetivo, ou seja, R\$3.081,70 (três mil e oitenta e um reais e setenta centavos), excluídos, em ambos os casos, os benefícios na forma da lei.

A Companhia também oferece, como benefícios diretos, aos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, residentes em outros municípios que não o da sede social da Companhia, reembolso das despesas com estadia e locomoção entre o município onde está localizada a residência do Conselheiro Fiscal e aquele da sede social da Companhia, necessárias ao comparecimento às reuniões e ao desempenho de suas funções, bem como, a título de ajuda de custo, o equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração total mensal de Conselheiro, por reunião a que comparecerem. Além disso, a Companhia concede aos membros do Conselho Fiscal a inscrição em Apólice do Seguro de Vida em Grupo de forma opcional, sendo custeado totalmente pela empresa.

Os outros componentes da remuneração dos Conselheiros Fiscais contemplam a contribuição da empresa ao INSS sobre o salário recebido. O salário ou pró-labore dos membros do Conselho Fiscal visa a recompensar o tempo dedicado ao desempenho de suas funções e as suas contribuições à empresa, estabelecida a partir da avaliação de seus deveres e responsabilidades, possibilitando também, em contrapartida, a cobrança de desempenho de cada um dos seus membros.

Os benefícios diretos objetivam custear despesas com locomoção e alimentação dos membros do Conselho Fiscal residentes em outros municípios que não o da sede social da Companhia, além de proporcionar a opção pela inscrição em Apólice do Seguro de Vida em Grupo.

d) Comitê de Apoio ao Conselho de Administração

Todos os membros suplentes do Conselho de Administração que compõem o Comitê de Apoio ao Conselho de Administração, exceto os Conselheiros que exerçam cargo de Diretores, recebem remuneração específica pelo fato de participarem do Comitê, a qual equivale à remuneração estabelecida para o Conselheiro de Administração efetivo. No entanto, os membros suplentes do Conselho de Administração que tenham recebido remuneração específica por participação em reuniões de Comitê de Apoio ao Conselho de Administração não recebem jetons adicionais pela substituição de membros efetivos em reuniões do Conselho de Administração da Companhia.

A remuneração é dividida em um componente fixo e um componente variável proporcional à frequência, sendo o componente pré-determinado (salário ou pró-labore) equivalente a 50% da remuneração mensal estipulada aos Conselheiros de Administração efetivos. O componente variável proporcional à frequência (remuneração por participação em reuniões) é representado pelos demais 50% da remuneração mensal estipulada, dividido em jetons pagos. No caso de haver mais de uma reunião no mês, o jeton será dividido proporcionalmente ao número de reuniões realizadas; no caso de não haver reunião no mês, será pago o montante total da remuneração mensal; no caso de haver reunião no mês e o membro do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração não comparecer à mesma, não será devida a parcela relativa ao jeton, recebendo apenas o salário ou pró-labore.

A Companhia também oferece, como benefícios diretos aos membros do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração residentes em outros municípios que não o da sede social da Companhia, reembolso das despesas de locomoção aérea e hospedagem necessárias ao comparecimento às reuniões e ao desempenho de suas funções, bem como, a título de ajuda de custo, o equivalente a 10% (dez por cento) da remuneração total mensal de Conselheiro, por reunião a que comparecerem. A Companhia também concede aos membros do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração a inscrição em Apólice do Seguro de Vida em Grupo de forma opcional, sendo custeado totalmente pela empresa.

Outros componentes da remuneração dos membros do Comitê de Apoio são a contribuição da empresa ao INSS sobre o salário e participação em reuniões recebidas.

O salário ou pró-labore dos membros do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração visa a recompensar o tempo dedicado ao desempenho de suas funções e as suas contribuições à empresa, estabelecida a partir da avaliação de seus deveres e responsabilidades, possibilitando também, em contrapartida, a cobrança de desempenho de cada um dos seus membros.

A remuneração por participação em reuniões objetiva motivar os membros do Comitê ao comparecimento às reuniões convocadas, a fim de garantir uma participação efetiva na condução dos negócios e o efetivo desempenho de suas funções de apoio ao Conselho de Administração.

Os benefícios diretos objetivam custear despesas com locomoção e alimentação dos membros do Comitê de Apoio ao Conselho de Administração residentes em outros municípios que não o da sede social da Companhia.

e) Demais Comitês do Conselho de Administração

Não existe qualquer remuneração ou benefício, direto ou indireto, adicional pago aos membros efetivos ou suplentes do Conselho de Administração pela participação nos demais Comitês do Conselho de Administração.

ii. **qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

Conselho de Administração

Elemento	Percentual na Remuneração Total
Salário ou Pró-Labore	38,52%
Benefícios Diretos	6,73%
Outros	15,51%
Remuneração por Participação em Reuniões	38,52%
Participação nos Resultados	0,00
Pós Emprego	0,71%

Diretoria

Elemento	Percentual na Remuneração Total
Salário ou Pró-Labore	36,93%
Benefícios Diretos	12,41%
Outros	19,09%
Participação nos Resultados	22,31%
Pós Emprego	9,26%

Conselho Fiscal

Elemento	Percentual na Remuneração Total
Salário ou Pró-Labore	73,05%
Benefícios Diretos	12,33%
Outros	14,61%

Comitê de Apoio ao Conselho de Administração

Elemento	Percentual na Remuneração Total
Salário ou Pró-Labore	39,05%
Remuneração por Participação em Reuniões	39,05%
Benefícios Diretos	6,20%
Outros	15,70%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Os valores de remuneração pagos pela Companhia aos seus Administradores são estabelecidos em Assembleia Geral.

Não há metodologia de reajuste estabelecida para a remuneração paga pela Companhia aos seus Administradores.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração e suas correções justificam-se única e exclusivamente em razão de proposta do acionista majoritário, o Estado de Minas Gerais, aprovada nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária anuais.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Em 2014, a política de remuneração variável dos membros da Diretoria Executiva foi definida a partir de indicadores de desempenho corporativos e por negócio de atuação.

O Conselho de Administração definiu uma cesta com os seguintes indicadores corporativos, associados a metas especificadas, que traduzem suas expectativas para o negócio:

- Índice Aneel de Satisfação dos Consumidores (IASC)
- DEC Acidental
- Lucro Líquido Consolidado da CEMIG
- LAJIDA Consolidado da CEMIG
- Distribuição de Dividendos conforme o Orçamento
- Cumprimento do PMSO orçado para 2014
- Impacto no LAJIDA das iniciativas do Plano Diretor

O peso do resultado desses indicadores para os membros da Diretoria Executiva é de 70%. Ainda, foi definida uma cesta de indicadores específicos que traduz a contribuição específica de cada Diretoria para o negócio, com peso 30%.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável (PLR) dos Administradores está atrelada aos indicadores de resultado da Companhia. Desde 2012, a PLR paga aos Diretores está condicionada ao alcance de metas corporativas individuais estabelecidas pelo Conselho de Administração consoante à estratégia da Companhia.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A política de remuneração da Companhia incorpora elementos de alinhamento aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo. Os resultados de curto prazo, assim considerados os anuais, alinham-se com a política de remuneração da Companhia no que se refere ao pagamento da Participação nos Lucros e Resultados. Neste caso, os resultados da Companhia durante o ano definirão o montante a ser atribuído a cada administrador membro da Diretoria.

O alinhamento no médio e no longo prazo é resultado do elemento consistência no atendimento de metas corporativas relativas aos principais indicadores, de forma anual.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração do pessoal chave (administradores) em 2014 está 100% alocada na Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, não há rateio para a Cemig Geração e Transmissão S.A. ou para a Cemig Distribuição S.A.

	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
CEMIG	13.081	12.486	12.194
Cemig Geração e Transmissão	*	*	*
Cemig Distribuição	*	*	*
Total	13.081	12.486	12.194

*Os custos com o pessoal chave da Administração são integralmente custeados pela controladora.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

13.2 - Remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2015 – Valores Anuais

2015	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	14	11	10	35
Remuneração fixa anual	--	--	--	--
Salário ou pro-labore	629.757,52	5.395.799,92	404.844,00	6.430.401,44

Benefícios direto e indireto	88.341,12	1.326.093,24	63.100,80	1.477.535,16
Participação em comitês	--	--	--	--
Outros	125.951,50	2.032.240,25	80.968,80	2.239.160,55
Descrição de outras remunerações fixas	INSS contribuição empresa	INSS empresa e FGTS	INSS contribuição empresa	--
Remuneração variável	--	--	--	--
Bônus	--	--	--	--
Participação de resultados	--	2.778.377,45	--	2.778.377,45
Participação em Reuniões	629.757,52	--	--	629.757,52
Comissões	--	--	--	--
Outros	125.951,50	--	--	125.951,50
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS contribuição empresa	--	--	--
Pós Emprego	9.371,05	985.913,14	--	995.284,19
Cessação do cargo	--	--	--	--
Baseada em Ações	--	--	--	--
Observação	1) Previsão calculada considerando os critérios de remuneração propostos para serem submetidos nas próximas AGO/AGE de 2015. Eventuais diferenças entre a proposta a ser submetida em 2015 com a proposta aprovada	1) Previsão calculada considerando os critérios de remuneração propostos para serem submetidos nas próximas AGO/AGE de 2015. Eventuais diferenças entre a proposta a ser submetida em 2015 com a proposta aprovada	1) Previsão calculada considerando os critérios de remuneração propostos para serem submetidos nas próximas AGO/AGE de 2015. Eventuais diferenças entre a proposta a ser submetida em 2015 com a proposta aprovada	--

em 2014, vigente, poderão referir-se à nomeação de novos membros e da aprovação de índice de reajuste do pró-labore ainda em 2015 com consequente elevação dos recolhimentos com INSS (outros) e previdência complementar (pós emprego).

Além da possibilidade de ser reajustado o valor do seguro de vida na Companhia (Benefícios).

2) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente

3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida -

em 2014, vigente, poderão referir-se à nomeação de novos membros e da aprovação de índice de reajuste do pró-labore ainda em 2015 com consequente elevação dos recolhimentos com INSS e FGTS (outros) e previdência complementar (pós emprego),

Além da possibilidade de serem reajustados os valores de vale alimentação e do seguro de vida na Companhia, bem como da possibilidade de serem reajustados os valores com planos de saúde e odontológico (Benefícios). O valor de PLR será pago considerando as metas a serem apuradas.

2) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente

3) Composição dos benefícios direto e indireto: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale refeição, gratificações e

em 2014, vigente, poderão referir-se à aprovação de índice de reajuste do pró-labore ainda em 2015 com consequente elevação do recolhimento com INSS (outros).

Além da possibilidade de ser reajustado o valor do seguro de vida na Companhia (Benefícios).

2) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente

3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida -

pagamentos
relativos à Licença
Remunerada + 1/3
da Licença

Total da remuneração	1.609.130,22	12.518.424,00	548.913,60	14.676.467,82
----------------------	--------------	---------------	------------	---------------

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2014 – Valores Anuais

2014	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	14	11	10	35
Remuneração fixa anual	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário ou pro-labore	505.442,07	3.931.939,97	373.719,35	4.811.101,39
Benefícios direto e indireto	88.341,12	1.321.570,04	63.100,80	1.473.011,96
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	101.769,39	2.032.240,25	74.759,95	2.208.769,59
Descrição de outras remunerações fixas	INSS contribuição empresa	INSS empresa e FGTS	INSS contribuição empresa	0,00
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.375.416,00	0,00	2.375.416,00

Participação em Reuniões	505.442,07	0,00	0,00	505.442,07
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	101.769,39	0,00	0,00	101.769,39
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS contribuição empresa			0,00
Pós Emprego	9.371,05	985.913,14	0,00	995.284,19
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	<p>1) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2014 com o proposto referem-se à nomeação de mais um Conselheiro de Administração e da aprovação de índice de reajuste do pró-labore ainda em 2014 com consequente elevação dos recolhimentos com INSS (outros) e previdência complementar (pós emprego). Além de ter sido reajustado o valor do seguro de vida na Companhia (Benefícios).</p> <p>2) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente</p>	<p>1) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2014 com o proposto referem-se a licenças não remuneradas concedidas em 2014 que reduziram o pró-labore efetivo (apesar da aprovação de índice de reajuste do pró-labore ainda em 2014 com consequente elevação dos recolhimentos com INSS e FGTS (outros) e previdência complementar (pós emprego), Além de terem sido reajustados os valores de vale alimentação e do seguro de vida na Companhia, bem como de terem sido reajustados os</p>	<p>1) Eventuais diferenças entre o que foi efetivamente realizado em 2014 com o proposto referem-se à aprovação de índice de reajuste do pró-labore ainda em 2014 com consequente elevação do recolhimento com INSS (outros). Além de ter sido reajustado o valor do seguro de vida na Companhia (Benefícios).</p> <p>2) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente</p> <p>3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida -</p>	0,00

	3) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida -	valore com planos de saúde e odontológico (Benefícios). O valor de PLR foi pago considerando as metas apuradas (o valor previsto considerou o limite máximo possível).		
		2) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente		
		3) Composição dos benefícios direto e indireto: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale refeição, gratificações e pagamentos relativos à Licença Remunerada + 1/3 da Licença		
Total da remuneração	1.312.135,08	10.647.079,40	511.580,10	12.470.794,58

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2013 – Valores Anuais

2013	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	13	11	10	34
Remuneração fixa anual	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário ou pro-labore	497.717,24	3.972.823,33	337.020,74	4.807.564,31
Benefícios direto e	76.990,68	1.031.432,62	59.223,60	1.167.646,90

indireto				
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	99.543,72	1.948.721,00	67.404,27	2.115.668,99
Descrição de outras remunerações fixas	INSS contribuição empresa	INSS empresa e FGTS	INSS contribuição empresa	0,00
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.261.052,50	0,00	2.261.052,50
Participação em Reuniões	497.717,24	0,00	0,00	497.717,24
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	99.543,72	0,00	0,00	99.543,72
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS contribuição empresa			0,00
Pós Emprego	6.598,58	923.631,26	0,00	930.229,84
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente 2) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente 2) Composição dos benefícios direto e indireto: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale refeição, gratificações e	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente 2) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida -	0,00

pagamentos
relativos à Licença
Remunerada + 1/3
da Licença

Total da remuneração	1.278.111,17	10.137.660,71	463.648,61	12.486.842,67
----------------------	--------------	---------------	------------	---------------

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2012 – Valores Anuais

2012	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	13	11	10	34
Remuneração fixa anual	0,00	0,00	0,00	0,00
Salário ou pro- labore	456.993,13	3.793.000,00	328.908,60	4.578.901,73
Benefícios direto e indireto	84.661,2	1.053.852,91	65.124,00	1.203.638,11
Participação em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	91.398,57	1.953.068,10	65.781,60	2.110.248,27
Descrição de outras remunerações fixas	INSS contribuição empresa	INSS empresa e FGTS	INSS contribuição empresa	0,00
Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	2.301.110,00	0,00	2.301.110,00
Participação em Reuniões	456.993,13	0,00	0,00	456.993,13

Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	91.398,57	0,00	0,00	91.398,57
Descrição de outras remunerações variáveis	INSS contribuição empresa			0,00
Pós Emprego	5.082,65	883.500,45	0,00	888.583,10
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em Ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente 2) Composição dos benefícios direto e indireto: plano saúde, plano odontológico, seguro de vida, vale refeição, gratificações e pagamentos relativos à Licença Remunerada + 1/3 da Licença	1) Número de membros foi calculado através da média anual do número de membros apurado mensalmente 2) Composição dos benefícios direto e indireto: seguro de vida -	0,00
Total da remuneração	1.186.527,25	9.984.531,46	459.814,20	11.630.872,91

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal nos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente

Exercício Social Encerrado em 31.12.2015 – Remuneração variável prevista	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de Membros	--	11	--	--
Bônus				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	--	--	--	--
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	--	--	--	--
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas	--	--	--	--
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	--	1.913.205,45	--	1.913.205,45
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	--	3.219.125,45	--	3.219.125,45
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas	--	3.219.125,45	--	3.219.125,45
Observação		O valor de PLR a ser efetivamente pago irá considerar as metas a serem apuradas.		

Exercício Social Encerrado em	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
31.12.2014 – Remuneração variável				
Número de Membros	0,00	11,00	0,00	11
Bônus				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00z	0,00
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação nos Resultados				
Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	0,00	1.765.960,00	0,00	1.765.960,00
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	0,00	2.522.800,00	0,00	2.522.800,00
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas	0,00	2.522.800,00	0,00	2.522.800,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	2.375.416,00	0,00	2.375.416,00
Observação		O valor de PLR foi pago considerando as metas apuradas.		
31.12.2013 – Remuneração Variável				
Número de Membros	0,00	11,00	0,00	11

Bônus

Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação nos Resultados

Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	0,00	1.264.445,00	0,00	1.264.445,00
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	0,00	1.806.350,00	0,00	1.806.350,00
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas	0,00	1.806.350,00	0,00	1.806.350,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	2.261.052,50	0,00	2.261.052,50

Observação

1) A Diretoria Estatutária superou as metas em mais de 100%.

Exercício Social Encerrado em	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
31.12.2012 – Remuneração Variável	0,00	11,00	0,00	11

Bônus

Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	0,00	0,00	0,00	0,00

Participação nos Resultados

Valor mínimo previsto no Plano de Remuneração	0,00	1.666.000,00	0,00	1.666.000,00
Valor máximo previsto no Plano de Remuneração Variável	0,00	2.380.000,00	0,00	2.380.000,00
Valor previsto no Plano de Remuneração Variável caso as metas sejam atingidas	0,00	2.380.000,00	0,00	2.380.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	2.301.110,00	0,00	2.301.110,00

Observação

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A Companhia não adota e nem adotou nos três últimos exercícios sociais plano de remuneração para o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva baseado em ações.

13.5 - Quantidade de ações direta ou indiretamente detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social, emitidos pelo emissor, seu controlador direto ou indireto, sociedades controladas ou sob controle comum.

CEMIG		
	Quantidade de ações ON	Quantidade de ações PN
Conselho de Administração	62.013	112.455
Diretoria	7	2
Conselho Fiscal	0	0
Total	6.020	112.457
LIGHT		
	Quantidade de ações ON	
Conselho de Administração	2000	
Diretoria	0	
Conselho Fiscal	0	
Total	2000	
TAESA		
	Quantidade de ações ON	Quantidade de ações PN
Conselho de Administração	6	0
Diretoria	0	0
Conselho Fiscal	0	0
Total	6	0

13.6 - Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela.

Não há e nem houve, nos três últimos exercícios sociais, plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.7 - Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela.

Não aplicável, pois há e nem houve, nos três últimos exercícios sociais, plano de remuneração baseado em opções de ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.8 - Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela.

Não aplicável, pois há e nem houve, nos três últimos exercícios sociais, plano de remuneração baseado em opções de ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.9 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções.

Não aplicável, pois há e nem houve, nos três últimos exercícios sociais, plano de remuneração baseado em opções de ações do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária.

13.10 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Planos de previdência	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	2	11,00
Nome do plano	Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B	Plano Misto de Benefícios Previdenciários - Plano B
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	0	0
Condições para se aposentar antecipadamente	Não existe aposentadoria antecipada no referido plano	Não existe aposentadoria antecipada no referido plano
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 6.626,38	R\$ 870.902,20

Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 9.462,82	R\$ R\$ 537.035,39
Possibilidade de resgate e condições	Sim (desde que se desligue do patrocinador e faça a opção pelo resgate)	Sim (desde que se desligue do patrocinador e faça a opção pelo resgate)

13.11 - Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2014			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	14	11	10
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	107.922,99	1.235.245,33	56.141,11
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	55.935,90	704.771,30	46.174,91
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	93.723,93	967.916,31	51.158,01

O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal que exerceram os respectivos cargos por menos de 12 meses.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	13	11	10
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	101.935,20	1.131.380,00	51.640,74
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	51.640,74	778.261,48	42.497,10
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	98.316,24	921.605,52	46.364,86

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2012

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	13	11	10
Valor da maior remuneração individual (em R\$)	94.221,47	1.094.536,08	50.366,88
Valor da menor remuneração individual (em R\$)	50.366,88	816.336,96	41.595,96
Valor médio de remuneração individual (em R\$)	91.271,33	907.684,68	45.981,42

O valor da menor remuneração foi apurado com a exclusão de membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal que exerceram os respectivos cargos por menos de 12 meses.

13.12 – Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Há previsão de pagamento de indenização correspondente a 40% do saldo de FGTS em caso de exoneração de Diretores. Fazem jus a esta multa, tendo em vista seu caráter indenizatório, apenas aqueles Diretores que forem exonerados do cargo antes do vencimento do mandato, já que não se pode aplicar este entendimento se a exoneração se der atendendo ao pedido do próprio Diretor.

A CEMIG efetua os depósitos de FGTS para seus Diretores e, considerando o entendimento jurídico constante do Parecer JR-1809/2002 de 13/12/2002, de que deve ser aplicada a multa sobre os depósitos efetuados durante o mandato de Diretor àqueles que eram empregados da Companhia, o direito foi estendido aos Diretores que não eram empregados em atenção ao princípio constitucional da isonomia.

13.13 - Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas ao controlador, em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

Os percentuais, para os três últimos exercícios sociais, foram:

	2014	2013	2012
Diretoria:	0,00	0,00	0,00
Conselho Administração:	88,96	85,28	57,46
Conselho Fiscal:	80,00	79,73	26,50

13.14 - Valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados, em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

Exercício Social	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
2012	569.817,23	0,00	0,00	569.817,23
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00

13.15 - Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos, , em relação aos 3 últimos exercícios sociais:

Remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

Exercício Social	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
2014				
Controladores Diretos e Indiretos	286.725,80	--	345.665,84(*)	606.591,64
Controladas da Cemig	850.711,09	--	--	850.711,09
Sociedades sob Controle Comum	401.440,60	--	206.436,75	607.877,35
A remuneração indicada acima foi recebida a título de honorários, exceto com relação àquela identificada por (*), que foi recebida a título de aposentadoria.				

Exercício Social	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
2013				
Controladores Diretos e Indiretos	552.566,70	0	335.057,86(*)	887.624,56
Controladas da Cemig	791.194,19	0	0,00	791.194,19
Sociedades sob Controle Comum	1.351.360,45	0	203.293,32	1.554.653,77
A remuneração indicada acima foi recebida a título de honorários, exceto com relação àquela identificada por (*), que foi recebida a título de aposentadoria.				

Exercício Social 2012	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores Diretos e Indiretos	534.028,34	0,00	265.981,81	800.010,15
Controladas da Cemig	158.577,32	0,00	0,00	158.577,32
Sociedades sob Controle Comum	579.092,30	0,00	179.564,16	758.656,46
A remuneração indicada acima foi recebida a título de honorários.				

13.16 - Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações adicionais referentes a este item que a Companhia julgue relevantes.